



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENAÇÃO DE PSICOLOGIA

LYSSA SOUSA FERNANDES SCHALCHER

**PRÁTICAS PARENTAIS E TREINAMENTO DE PAIS DE CRIANÇAS
AUTISTAS: um estudo de levantamento bibliográfico**

São Luís - MA

2020

LYSSA SOUSA FERNANDES SCHALCHER

PRÁTICAS PARENTAIS E TREINAMENTO DE PAIS DE CRIANÇAS AUTISTAS:
um estudo de levantamento bibliográfico

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da
Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para
obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, com
Formação de Psicólogo.

Orientadora: Prof^a. Me. Viviane Pereira dos Santos

São Luís - MA

2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

SOUSA FERNANDES SCHALCHER, LYSSA.
PRÁTICAS PARENTAIS E TREINAMENTO DE PAIS DE CRIANÇAS
AUTISTAS: um estudo de levantamento bibliográfico / LYSSA
SOUSA FERNANDES SCHALCHER. - 2020.
65 f.

Orientador(a): VIVIANE PEREIRA DOS SANTOS.
Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,
Universidade Federal do Maranhão, SÃO LUIS, 2020.

1. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. 2. PRÁTICAS PARENTAIS.
3. TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO. 4. TREINAMENTO DE
PAIS. I. PEREIRA DOS SANTOS, VIVIANE. II. Título.

LYSSA SOUSA FERNANDES SCHALCHER

PRÁTICAS PARENTAIS E TREINAMENTO DE PAIS DE CRIANÇAS AUTISTAS:

um estudo de levantamento bibliográfico

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, com Formação de Psicólogo.

Orientadora: Prof^a. Me. Viviane Pereira dos Santos

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Me. Viviane Pereira dos Santos (Orientadora)

Mestre em Psicologia

Centro Universitário Estácio de Sá

Prof^a. Dr^a. Catarina Malcher Teixeira (Examinadora)

Doutora em Psicologia

Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Me. Cristiane Costa Fonseca (Examinadora)

Mestre em Ciências do Comportamento

Universidade Ceuma

Dr^a. Flávia Teresa Neves Silva (Suplente)

Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento

TAAL – Análise do Comportamento Aplicada

Dedico este trabalho à todas as crianças e famílias que conheci durante esta minha breve caminhada. Obrigada por me ensinarem a ver a vida com tanta beleza. Espero ter feito alguma diferença na vida de vocês, assim como fizeram na minha.

AGRADECIMENTOS

Há pessoas e coisas que precisam de reconhecimento.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter traçado meu caminho e me escolhido para Si, antes mesmo de eu existir. Por ter escrito nas linhas da minha vida que um dia eu seria psicóloga, que conheceria e serviria a todas as pessoas que já servi, e as que ainda servirei. Que tudo o que eu fizer seja um serviço prestado, em última análise, ao Senhor.

Ao meu esposo, Lucas, que no início da graduação era só o meu namorado, mas já era o meu grande amor. Obrigada pelo incentivo para que eu colocasse meu nome nas vagas do curso, pelas inúmeras caronas pra UFMA, pelos almoços no RU, pelas descansadas no “ventinho” do Paulo Freire e por ter me acolhido (e suportado) nesse período tão louco que foi a monografia. Jamais poderia descrever tudo o que tu significas para mim, então fica aqui algumas boas lembranças do nosso tempo de graduação. Te amo!

À minha família: minha mãe Denir, minha irmãzinha Letícia e meu mano Lincoln. Obrigada por cuidarem de mim, rirem dos meus desesperos e me confortarem sempre que precisei. Além de serem minha base nesse mundo, saibam que eu sempre vou lutar por vocês. Agradeço à minha vó Pretinha, por me amar tanto e nunca nem ter tentado disfarçar isso para ninguém. Obrigada, porque eu sei que a senhora ora por mim todas as noites, desde sempre. Minha tia Dean, por ter sido, como a senhora mesmo diz, “a minha segunda mãe”. Brigada por rir comigo e por cada abraço apertado. Minha tia Cleide, por me incentivar sempre e das melhores formas possíveis. A senhora é uma pessoa linda, por dentro e por fora, e sempre foi um modelo para mim. A família é grande, mas agradeço a todos os meus tios, tias e primos. Obrigada por serem do jeito que são desde que eu me entendo por gente!

Às minhas avaliadoras: Viviane, obrigada por me orientar durante esse ano e por ter me ajudado a construir esse trabalho! Torço para que os outros que vierem sejam menos difíceis, hehe. Flávia e Catarina, vocês, mais do que membros da minha banca, são minhas supervisoras de estágio. Mais do que me avaliarem na defesa, vocês me ensinam na prática a ser uma boa terapeuta, a amar o que eu faço, a ser responsável e ética com os meus clientes. Obrigada por serem meus modelos, acreditarem em mim e me mostrarem caminhos bons.

Aos meus amigos de trabalho na clínica TAAL, em especial às meninas da manhã, Larissa, Patrícia, Ana Clara, Natália, Ranny, Paula, Flávia, Cléa e dona Júlia. Gente, sem palavras para agradecer por todos os abraços e momentos bons que já compartilhamos. É muito

bom trabalhar com pessoas tão queridas e comprometidas como vocês. Obrigada por me aturarem tanto e me amarem mesmo assim!

À todos os meus amigos e irmãos da Igreja Presbiteriana da Cohama. A caminhada nessa vida é mais leve tendo vocês pertinho de mim. Obrigada por todas as orações, abraços, sorrisos e lágrimas compartilhadas.

Às minhas amigas, presentes da UFMA para dividir uma graduação cheia de altos e baixos: Bianca, Valéria, Tarcy, Taís e, em especial, Gabi, minha dupla de trabalhos, sorrisos, choros, abraços, segredos e de fé. Obrigada por ser quem tu és para mim desde o primeiro período.

Aos professores do DEPSI, por serem os melhores e ensinarem com êxito tudo o que precisávamos aprender e mais um pouco. Obrigada pela dedicação e compromisso na atuação de vocês.

Ao projeto 5ª Dimensão do Hospital SARAH. Foi ali onde tudo começou e quando eu percebi que a minha missão na psicologia era com as crianças. Obrigada por terem me ensinado tanto e por me permitirem viver todas aquelas experiências!

À professora Larissa Lacerda, por ter, por algum motivo que eu ainda nem sei direito, acreditado TANTO em mim, me levado para trabalhar na TAAL, ter me apresentado às crianças que hoje eu tanto amo e seus pais, que foram minhas grandes inspirações para esse trabalho. Obrigada por tudo, Lari. Espero que esse carinho chegue bem quentinho no frio da Polônia.

Por fim, deixo aqui meu especial agradecimento às crianças e aos pais que já pude conhecer nessa minha até então brevíssima caminhada. Talvez vocês nunca leiam isso, mas, vocês, meus pequeninos, me ensinam e me lembram de tudo o que realmente é importante nessa vida. Vocês me fazem querer ser cada vez melhor, e cada evolução é uma vitória enorme para mim também. Já vocês, pais, me inspiram com a força, garra, esperança e dedicação que possuem. Espero, com a minha atuação e estudos que começam aqui, auxiliar vocês da melhor forma que eu puder.

RESUMO

A chegada de uma criança é culturalmente vivenciada como uma experiência demasiadamente marcante. Esse momento, todavia, pode vir a apresentar grandes obstáculos diante do recebimento de um diagnóstico de TEA, por sinalizar uma situação desconhecida para os pais, que terão que lidar com as exigências parentais de acordo com as necessidades específicas apresentadas pela criança. Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar, através de um levantamento bibliográfico, estudos que possibilitem a promoção de práticas parentais positivas por meio de treinamento de pais de crianças autistas, a partir dos trabalhos que foram realizados com essa população, tendo como base a Análise do Comportamento. A coleta de dados foi realizada durante os meses de outubro a dezembro de 2019 por meio de pesquisa em periódicos indexados nos portais SciELO, PePSIC, LILACS e Google Acadêmico. Para a pesquisa, foram utilizados os descritores: (a) “cuidadores” AND “autismo”; (b) “práticas parentais” AND “autismo”; (c) “pais” AND “autismo”, considerando artigos escritos em língua portuguesa e inglesa, produzidos no Brasil entre os anos de 2000 a 2019. Ao todo, 10 artigos foram analisados integralmente. Os resultados apontam que as intervenções em treinamento de pais tiveram como objetivos o ensino de aplicação de programas comportamentais, manejo de comportamentos problema, treino para desenvolver engajamento social e desenvolvimento de comunicação. Concluiu-se que as estratégias utilizadas para treinamento de pais mostram-se eficazes, principalmente ao estabelecer uma relação com o desenvolvimento de práticas parentais positivas, no sentido de educar os pais a perceberem o modo como seus filhos adquirem novos repertórios, aprendem habilidades e se comunicam com o ambiente ao qual estão inseridos, possibilitando aos pais a oportunidade de auxiliá-los nesse processo, favorecendo o desenvolvimento de comportamentos socialmente adequados e minimizando o aparecimento de comportamentos socialmente inadequados. Recomenda-se a realização de pesquisas que investiguem como as práticas parentais são desenvolvidas nos casos de famílias com crianças que apresentam desenvolvimento atípico, bem como os impactos da psicoeducação para desenvolvimento de práticas educativas parentais, aliada ao ensino de princípios básicos de análise do comportamento, a fim de visualizar a possibilidade dessas estratégias de intervenção apresentarem ganhos relacionados à qualidade de vida dos familiares, bem como prestar serviço no ensino de técnicas eficazes de manejos de crianças via cuidadores.

Palavras-chave: Práticas Parentais. Treinamento de Pais. Transtorno do Espectro do Autismo.

ABSTRACT

The arrival of a child is culturally experienced as an overly remarkable experience. This time, however, may present major obstacles to the receipt of a diagnosis of ASD, as it signals a situation unknown to parents, who will have to deal with parental demands according to the specific needs presented by the child. This research aimed to investigate, through a bibliographic survey, studies that enable the promotion of positive parenting practices by training parents of autistic children, from the work that was done with this population, based on the analysis of Behavior. Data collection was performed from October to December 2019 by searching journals indexed in SciELO, PePSIC, LILACS and Google Scholar portals. For the research, the following descriptors were used: (a) “caregivers” AND “autism”; (b) “parenting practices” AND “autism”; (c) “parents” AND “autism”, considering articles written in Portuguese and English, produced in Brazil between 2000 and 2019. In all, 10 articles were fully analyzed. The results indicate that the interventions in parent training aimed to teach the application of behavioral programs, problem behavior management, training to develop social engagement and communication development. It was concluded that the strategies used for parent training are effective, especially in establishing a relationship with the development of positive parenting practices, in order to educate parents to understand how their children acquire new repertoires, learn skills and communicate with the environment to which they are inserted, allowing parents the opportunity to assist them in this process, favoring the development of socially appropriate behaviors and minimizing the appearance of socially inappropriate behaviors. Research to investigate how parenting practices are developed in the case of families with children with atypical development is recommended, as well as the impacts of psychoeducation for the development of educative parenting practices, coupled with the teaching of basic behavior analysis principles, in order to visualize the possibility of these intervention strategies to bring gains related to the family's quality of life, as well as to provide service in teaching effective child management techniques through caregivers.

Keywords: Parental Practices. Parent Training. Autism Spectrum Disorder.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

TEA – Transtorno do Espectro do Autismo	13
DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais	15
ABA – Análise do Comportamento Aplicada	16
OP – Orientação de Pais	31
TP – Treinamento de Pais	32
CARS – <i>Childhood Autism Rating Scale</i>	48
IEP – Inventário de Estilos Parentais	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Procedimentos adotados para seleção de artigos	38
Figura 2 – Produção dos artigos ao longo dos anos	41
Figura 3 – Caracterização de temas propostos pelos artigos selecionados	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Base de dados, autores, ano de publicação e título dos artigos	39
Quadro 2 – Objetivos dos artigos selecionados para a revisão	42
Quadro 3- Caracterização da amostra dos estudos selecionados	45
Quadro 4 – Frequência de instrumentos utilizados na pesquisa	48
Quadro 5 – Procedimentos utilizados nas pesquisas selecionadas	49
Quadro 6 – Principais resultados obtidos através dos estudos selecionados	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1	Transtorno do Espectro do Autismo	15
2.2	Breve caracterização da Análise do Comportamento	18
2.3	Práticas Parentais	25
2.4	Modalidades de Intervenção	31
3	OBJETIVOS	35
3.1	Objetivo geral:	35
3.2	Objetivos específicos:	35
4	MÉTODO.....	36
4.1	Amostra	36
4.2	Materiais	36
4.3	Procedimentos	36
4.3.1	Coleta de dados	36
4.3.2	Análise de dados.....	37
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

A chegada de uma criança é culturalmente vivenciada como uma experiência demasiadamente marcante, geralmente acompanhada de fortes expectativas e sinalizada por sentimentos conflituosos frente ao desconhecido, como alegria, angústia ou medo (MINETTO et al., 2012). Entretanto, é após esse momento inicial que os pais se percebem de fato como figuras responsáveis pela educação do filho em um contexto social instável (MINETTO et al., 2012), reconhecendo também a necessidade do desenvolvimento de práticas educativas parentais necessárias para o exercício adequado de tal função.

Esse momento, todavia, pode vir a apresentar grandes obstáculos diante do recebimento de um diagnóstico de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), por sinalizar uma situação desconhecida para os pais, que terão que lidar com as exigências parentais de acordo com as necessidades específicas apresentadas pela criança, como explicam Fávero e Santos (2005). Dessa forma, famílias que se encontram nessas circunstâncias, por serem demandadas a promoverem por vezes inúmeras mudanças na dinâmica familiar, deparam-se com uma sobrecarga de tarefas e novas contingências que podem gerar situações potencialmente produtoras de estresse (FÁVERO; SANTOS, 2005).

Estas demandas, segundo Fávero e Santos (2005) criam um contexto novo e desconhecido para os pais, que precisarão de uma ampla rede de assistência e estratégias de ensino individualizadas, com vistas à promoção do desenvolvimento de novos repertórios comportamentais dos filhos. Camargo e Rispoli (2013) por sua vez destacam a importância de promover um ambiente seguro e disponível em aprendizagem com autonomia para essas crianças.

Diante dessa conjuntura, é possível observar um grande número de produções acadêmicas, como pesquisas e levantamentos bibliográficos, que dissertam sobre contingências de ensino e treinamento de pais em relação ao manejo do comportamento da criança, constituindo-se uma das possibilidades de intervenção analítico comportamental ao TEA (BORBA, 2014; BORBA et al., 2014; BARBOZA et al., 2015; SILVA, 2015).

Essa informação é útil à medida em que revela a importância desses estudos, uma vez que são os pais aqueles que mais investirão tempo com a criança, e, conseqüentemente, lidarão diariamente com comportamentos inadequados, assumindo um lugar importante para um processo de intervenção efetivo (BORBA, 2014; BARBOZA et al., 2015;).

O envolvimento familiar na relação de cuidado e investimento a ser oferecido para a criança é um fator de alta relevância e possui conseqüências positivas no desenvolvimento

infantil, como afirma Klaus, Kennel e Klaus (2000). É, portanto, que o presente trabalho pretende investigar, a partir de um levantamento bibliográfico, os estudos realizados com pais de crianças autistas, no sentido de analisar o que se tem trabalhado com essa população e os impactos dessas intervenções no desenvolvimento de práticas parentais consideradas importantes para o exercício de tal função.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Transtorno do Espectro do Autismo

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5 (*AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION*, 2014) o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) caracteriza-se por alterações qualitativas nas habilidades de interação social, dificuldades de comunicação e frequente engajamento em comportamentos repetitivos e acompanhados de estereotipias.

Por constituir-se em um transtorno que possui uma variedade de níveis de comprometimentos, o DSM-5 adotou a nomenclatura “Espectro”, em referência à ampla variabilidade de comportamentos da pessoa, além de passar a englobar em uma mesma categoria diagnóstica os outrora chamados de transtorno autístico, transtorno de Asperger, transtorno desintegrativo da infância e transtorno global ou invasivo do desenvolvimento sem outra especificação, apresentados separadamente na versão anterior do manual, o DSM-IV (*AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION*, 2014).

De maneira geral, o DSM-5 (*AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION*, 2014) estabelece cinco critérios que padronizam a identificação do TEA, sendo eles: 1) déficits clinicamente significativos e considerados persistentes tanto na comunicação social como nas diversas interações sociais em contextos variados, manifestados através de falhas na conversação, ao iniciar ou manter interações sociais, dificuldade em fazer amizades ou engajamento em atividades que envolvam a imaginação ou brincar simbólico; 2) apresentação de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades, apresentando manifestações de pelo menos duas maneiras: estereotipias, rigidez em seguir rotinas, padrões verbais e não-verbais ritualizados, hiperfoco, hiper ou hiporreatividade sensorial; 3) também, os déficits devem estar presentes no início do período de desenvolvimento (mas podem não aparecer até que as demandas sociais ultrapassem as capacidades ao longo da vida); 4) tais déficits devem causar prejuízos sociais, ocupacionais ou em outras áreas importantes de modo significativo; 5) não são melhor explicados por outros critérios diagnósticos.

Estudos indicam uma alta prevalência de crianças diagnosticadas com TEA em todo o mundo (BLUMBERG et al., 2013; *CENTER OF DISEASE CONTROL AND PREVENTION*, 2013). No Brasil, apesar de ainda não existir uma estimativa epidemiológica oficial (BRASIL, 2013), é possível perceber também o aumento no número de brasileiros que recebem o diagnóstico do transtorno do espectro do autismo. Essa informação é factível, em parte pelo

serviço realizado nos atendimentos em saúde básica e ferramentas de identificação precoce, como também através da maior popularização e democratização no acesso de informações relacionadas, como afirmam Camargo e Rispoli (2013).

O TEA é caracterizado como um transtorno invasivo do desenvolvimento humano que persiste por toda a vida, não existindo a possibilidade de cura, nem causas específicas que sejam claramente conhecidas (CAMARGO; RISPOLI, 2013). Ainda assim, entende-se que é possível a existência de alterações no padrão e graus do autismo, caracterizadas basicamente como manifestações fenotípicas (ALMEIDA-VERDU et al., 2012), ou seja, passíveis de serem moduladas através da interação organismo-ambiente.

Diante disto, Hübner et al. (2018) explica que as intervenções para o TEA precisam necessariamente levar em consideração os aspectos comportamentais que ocorrem, sendo feitas a partir de um plano de ensino individualizado, bem como há a necessidade de modificar o procedimento de intervenção em função da ocorrência de um novo comportamento.

Essas intervenções são advindas da Análise do Comportamento Aplicada, também conhecida pela sigla ABA, do inglês *Applied Behavior Analysis*. Existem diversas áreas de aplicação de procedimentos e tecnologias produzidas pela ABA, por exemplo, na educação, com a finalidade de tornar o ensino mais efetivo; em empresas, com o objetivo de aumentar a produtividade de trabalhadores; na saúde, buscando fazer com que os indivíduos se engajem em comportamentos saudáveis. O Transtorno do Espectro do Autismo é uma das áreas pesquisadas pela ABA, em função dos resultados obtidos pelo emprego de tecnologia gerada neste campo de conhecimento.

Uma intervenção baseada em ABA se caracteriza por apresentar uma abordagem individualizada e altamente estruturada para atender as demandas apresentadas pelo cliente (SCHOEN, 2003), onde os procedimentos derivados dos princípios básicos comportamentais são combinados na formulação de programas de ensino minimamente descritos, atuando como estratégias de promoção de mudanças no repertório comportamental do indivíduo, seja no enfraquecimento de respostas inapropriadas ou no fortalecimento de respostas saudáveis (ODA, 2018). Esses procedimentos permitem a criação de programas de ensino para a aprendizagem das mais variadas habilidades comportamentais, como comunicação vocal e não vocal, habilidades de leitura, matemática, de autocontrole, autocuidado, brincadeiras simbólicas e funcionais, entre outros (HÜBNER et al., 2018).

Vale ressaltar, também, que a prática do analista do comportamento se fundamenta a partir do uso de uma ferramenta básica: a análise de contingências¹. Essa afirmação implica no fato de que, apesar da existência de um diagnóstico atribuído ao cliente, o profissional da análise do comportamento assumirá que os comportamentos de todas as pessoas obedecem às mesmas leis funcionais, e todos estão sob influência da ação do ambiente (HÜBNER; MARINOTTI, 2004).

Portanto, os critérios diagnósticos são considerados importantes à medida em que possibilitam e facilitam a comunicação entre profissionais de áreas diversas. Entretanto, os dados que servirão de base para planejar intervenções eficazes não serão fornecidos pelo diagnóstico atribuído à pessoa, mas sim pela investigação dos repertórios comportamentais que ela dispõe, bem como das contingências que controlam seu comportamento (HÜBNER; MARINOTTI, 2004). No capítulo seguinte, serão abordados conceitos importantes em Análise do Comportamento, fundamentando a aplicação teórica no trabalho realizado com pais.

¹ Ferramenta utilizada em Análise do Comportamento para operacionalização de um comportamento a ser investigado, de acordo com os estímulos antecedentes, suas respostas e consequências (TODOROV, 1985).

2.2 Breve caracterização da Análise do Comportamento

A Análise do Comportamento, a fim de explicar o comportamento de um organismo, fundamenta-se em um modelo teórico de seleção por consequências (COSTA, 2002). Portanto, segundo Skinner (1981/2007), o repertório comportamental de um organismo é entendido como o produto de um processo de seleção a partir de consequências geradas por ele mesmo, que atuam em três níveis de determinação, sendo eles: filogênese, ontogênese e cultura.

Skinner (1981/2007) descreve o primeiro nível como filogênese, que consiste em um conjunto de contingências de sobrevivência, cujos comportamentos foram responsáveis pela seleção natural das espécies. Essas características foram selecionadas a partir de seu valor de sobrevivência para a espécie humana, decorrentes de uma variação de mutações genéticas aleatórias. Skinner (1981/2007) também fundamenta que a filogênese engloba em si características fisiológicas e comportamentos inatos, ou seja, que acompanham o indivíduo desde o seu nascimento, bem como a suscetibilidade do organismo para responder tanto a comportamentos respondentes, como a comportamentos operantes.

A ontogênese constitui o segundo nível descrito por Skinner (1981/2007), e diz respeito à história de vida do indivíduo, resultado de repertórios comportamentais adquiridos especificamente por cada indivíduo por meio de condicionamentos reflexos ou operantes (ANDERY, 2001; COSTA, 2002). Neste nível, destaca-se especialmente a ação do comportamento operante, uma vez que possibilita ao indivíduo uma relação mais eficaz em seu processo de adaptação e interação com o ambiente ao qual está inserido, alterando o ambiente e sendo alterado por ele (SKINNER, 1989/1991).

Já o terceiro nível de determinação do comportamento é descrito como cultura, que se fundamenta a partir de contingências especiais que são mantidas através de um ambiente cultural evoluído, além de ser responsável por explicar práticas culturais que são mantidas e repassadas de geração em geração, como característica daquele grupo (SKINNER, 1981/2007; ANDERY, 2001). Neste nível, o comportamento verbal assume elevada importância à medida em que possibilita práticas específicas de um determinado contexto social, produzindo consequências reforçadoras não só para o organismo, mas para todo o grupo (ANDERY, 2001).

Os estudos dos três níveis de determinação do comportamento são relevantes à medida em que permitem entender o comportamento como a relação entre o organismo e o ambiente, sendo explicado como um processo (SKINNER, 1951/2003). A Análise do Comportamento, segundo Todorov e Hanna (2010) se desenvolveu assumindo o lugar de uma

linguagem da psicologia que teria como principal objeto de estudo a interação entre essa resposta e o ambiente ao qual o organismo está inserido.

Nesse sentido, existem fundamentalmente duas categorias comportamentais: a primeira delas, denominada como comportamento reflexo, diz respeito a alterações ambientais que produzem alterações fisiológicas no organismo (SKINNER, 1951/2003). O comportamento reflexo pode ser incondicionado ou condicionado.

O comportamento reflexo incondicionado, também conhecido como inato, é um comportamento que faz parte do repertório de humanos e não humanos desde o seu nascimento, como uma relação entre estímulo e resposta (MOREIRA; MEDEIROS, 2007). O comportamento reflexo condicionado, também denominado de aprendido, é caracterizado pela aprendizagem de novos reflexos a partir do pareamento entre estímulos neutros e estímulos incondicionados, que através de processos de condicionamento passam a eliciar novas respostas, procedimento este conhecido como condicionamento pavloviano (MOREIRA; MEDEIROS, 2007).

A segunda categoria comportamental, conceituada como comportamento operante, diz respeito ao comportamento selecionado diretamente pelas suas consequências, a partir das respostas emitidas pelo indivíduo, que provocam alterações em seu próprio ambiente (SKINNER, 1951/2003). Nessa categoria, há destaque especial para a operação dos organismos sobre o contexto em que se insere, bem como os efeitos que as consequências produzidas terão sobre as ações futuras, aumentando ou diminuindo a probabilidade de que voltem a ocorrer novamente (SAMPAIO, 2005).

A análise do comportamento fundamenta-se como uma ciência com o objeto de estudo firmado a partir de uma realidade natural, portanto, entende o comportamento humano, sendo ele público ou privado, como um elemento passível de observação, uma vez que é constituído na própria interação do organismo com o ambiente, a partir de uma noção de causalidade que é externalista (SKINNER, 1974/1982; CARRARA, 2004). Nesse sentido, como explica Costa (2002), o comportamento humano sob a ótica do behaviorismo radical é explicado através de sua natureza física, negando explicações internalistas como causas de comportamentos, e, nessa perspectiva, busca investigar o contexto em que a resposta ocorreu, porquê se mantém, bem como a função no ambiente da pessoa que o produziu (COSTA, 2002).

Dessa forma, o estudo dos princípios do behaviorismo radical, filosofia que fundamenta a análise do comportamento, assume um lugar de grande importância à medida em que fornece a base para uma investigação probabilística do comportamento humano, especialmente a respeito do comportamento operante e de como os efeitos das consequências

produzidas apresentarão valor para o organismo agir sobre e modificar o mundo (SAMPAIO, 2005).

Nessa perspectiva, as investigações das causas de um comportamento podem ser úteis para controlá-lo, na medida em que nos dão ferramentas para manipulá-los (MATOS, 1999). O analista do comportamento, então, dispõe de uma ferramenta básica de trabalho, a análise de contingências, que possibilita através do modelo de tríplice contingência a especificação dos eventos ambientais antecedentes, a resposta emitida pelo indivíduo e a consequência que essa resposta gerou (TODOROV, 1985).

A base da pesquisa em análise do comportamento, desenvolvida em laboratórios com sujeitos infra-humanos possibilitou, segundo destaca Andery (2010), a conclusão de que existiam princípios básicos do comportamento, aos quais humanos e não-humanos mostravam-se sensíveis ao responder. Alguns desses princípios, presentes na intervenção clínica baseada em análise do comportamento, serão destacados brevemente a seguir e ilustrados por meio de exemplos.

a) Reforço

Definido por Skinner (1951/2003) como eventos que fortalecem um comportamento, ou seja, consiste no aumento da probabilidade de um indivíduo apresentar a mesma resposta em situações similares. O reforço pode ser classificado como positivo ou negativo: o primeiro ocorre quando há o acréscimo de um estímulo reforçador que aumenta a probabilidade de a resposta ocorrer no futuro, enquanto que o segundo refere-se à remoção de um estímulo aversivo, aumentando a probabilidade da resposta do indivíduo voltar a ocorrer no futuro.

A título de exemplo, quando uma criança tira uma boa nota na prova da escola, seu pai permite que a criança passe uma hora a mais assistindo aos desenhos que gosta durante o fim de semana. Quando o filho volta a emitir o comportamento baseado na consequência que o selecionou, dizemos que o pai reforçou positivamente a resposta de se comportar de seu filho.

Quando, entretanto, um pai decide deixar o filho com a mãe dentro do carro, enquanto faz compras no supermercado, após a criança emitir algum comportamento de choro, dizemos que esse pai está se comportando por reforçamento negativo, retirando do ambiente um estímulo aversivo para ele, no caso, a resposta emitida pelo filho.

b) Punição

Para Skinner (1951/2003), a punição é definida como uma consequência que reduz a frequência da resposta que a produziu, podendo ser classificada enquanto punição positiva ou punição negativa. A primeira ocorre quando há um acréscimo de um estímulo aversivo no ambiente, diminuindo a probabilidade da resposta voltar a ocorrer futuramente. Por sua vez, a segunda ocorre quando há a remoção de um estímulo reforçador, também com consequência de diminuição da probabilidade da resposta ocorrer novamente.

Entretanto, apesar da punição se destinar a eliminar comportamentos inadequados ou ameaçadores, este princípio se revela ineficaz uma vez que a punição possui efeitos como a eliciação de respostas emocionais, supressão de comportamentos não contingentes, emissão de respostas incompatíveis e contracontrole (SKINNER, 1951/2003). Por esses motivos, o uso da punição não é recomendado, tanto pelos efeitos descritos, quanto pelo fato de que “comportamentos sujeitos a punições tendem a se repetir assim que as contingências punitivas forem removidas” (SKINNER, 1983, p. 50).

Como exemplo, pensemos que, quando um pai agride fisicamente seu filho após brincar com uma bola dentro de casa e quebrar algum objeto, ele está adicionando um estímulo aversivo e punindo positivamente a criança. Diremos que o comportamento foi punido positivamente se observarmos a diminuição na resposta do filho de jogar bola dentro de casa, ao menos enquanto houver a presença do pai no ambiente.

Porém, quando o pai retira, por exemplo, a mesada, após o filho ter brincado com a bola dentro de casa e quebrado algo, podemos dizer que a consequência aplicada à resposta do filho apresentou efeito de punição negativa se observarmos uma diminuição na resposta da criança após a retirada do estímulo reforçador.

c) Extinção

A extinção operante é definida por Skinner (1951/2003) como a suspensão de consequências reforçadoras, que acarreta em uma diminuição do responder do indivíduo. É possível, então, afirmar que “quando o responder retorna aos seus níveis prévios como resultado dessa operação, diz-se que foi extinto” (CATANIA, 1998, p. 71). Em seus estudos, Catania (1998) destaca dois possíveis efeitos decorrentes do procedimento de extinção, sendo eles a eliminação da relação das contingências entre as respostas e seus respectivos reforçadores, e a consequente não ocorrência dos reforçadores a partir de então.

Nesse caso, pais que decidem colocar em extinção o comportamento do filho de ir até a sua cama para dormir durante a noite, precisarão suspender as consequências reforçadoras

(dormir com os pais), outrora obtidas a partir desse comportamento do filho, a fim de que a resposta de sair da cama seja extinta a partir de suas novas consequências.

Outros efeitos que emergem como consequência do procedimento de extinção destacados por Moreira e Medeiros (2007) são o aumento na frequência de emissão de uma resposta no início do processo, aumento na variabilidade da topografia das respostas apresentadas ou mesmo a eliciação de respostas emocionais como choros, frustração, irritação, entre outros. É importante destacar que o uso desse procedimento deve ser pensado de acordo com as consequências das contingências geradas, cabendo ao terapeuta a avaliação do procedimento enquanto benéfico ou não para o cliente ou mesmo o uso de outras alternativas a serem utilizadas em lugar da extinção (MOREIRA E MEDEIROS, 2007).

d) Discriminação

Skinner (1951/2003) conceitua a discriminação como o processo em que ocorre o aumento da probabilidade de emissão de uma resposta na presença de um determinado estímulo, e, simultaneamente, diminuição do responder na presença de estímulos com propriedades diferentes. Em outros termos, cada estímulo é responsável por evocar no organismo uma resposta específica para aquela determinada ocasião.

A discriminação nos permite pensar, por exemplo, no ensino de comportamentos adequados para cada situação do contexto de uma criança. Pais podem ensinar seus filhos a discriminarem quais pessoas eles devem abrir a porta de casa, e para quais pessoas (desconhecidos) não devem responder assim. Também é uma operação importante nos mais variados contextos, no sentido de ensinar em quais situações a criança deve emitir determinados comportamentos, e em quais outras situações esses comportamentos não se mostrariam apropriados.

e) Generalização

Segundo Skinner (1951/2003), a generalização determina um responder de acordo com um controle de estímulos fraco, aumentando a probabilidade de uma mesma resposta na presença de outros estímulos similares, ou seja, uma vez que o responder fora reforçado anteriormente, a generalização permite uma maior probabilidade de ocorrência da mesma resposta em ocasiões semelhantes (GADELHA; VASCONCELOS, 2005). Esse conceito destaca-se, principalmente, nos estudos que investigam a aprendizagem, seja na aquisição de novos repertórios comportamentais, ou mesmo no fortalecimento do responder de um organismo, como indica Gadelha e Vasconcelos (2005).

Dessa forma, o fenômeno da generalização pode nos ser útil, por exemplo, em um contexto de ensino de regras sociais de comportamentos adequados, onde os pais realizam um treino de iniciar cumprimentos em casa, incentivando seus filhos a darem “bom dia” para os membros da família, e essas habilidades passam a comparecer em outros contextos ao qual a criança possa estar inserida, como ao encontrar pessoas no elevador, funcionários de lugares que frequenta, escola, etc.

f) Modelagem

Regra (2004) define modelagem como um procedimento que visa a aquisição de novos comportamentos através de técnicas de reforçamento diferencial de aproximações sucessivas de um comportamento alvo, com o objetivo de ampliar o repertório que o indivíduo dispõe, por meio da aquisição de novas respostas.

Portanto, a modelagem permite que pais possam fazer uso da técnica para selecionar novos comportamentos, reforçando positivamente as respostas emitidas pela criança que se aproximam da resposta alvo. Como exemplo, pensemos em pais que estejam ensinando um filho a escovar os dentes sozinho. O pai pode, através de uma hierarquização de passos, reforçar positivamente as respostas que fazem parte da cadeia comportamental de escovar os dentes, partindo dos comportamentos mais simples, como segurar a escova, para os mais elaborados, como fazer os movimentos de escovação, até que o produto final seja alcançado.

g) Modelação

A modelação é descrita por Derdyk e Groberman (2004) como um processo de aprendizagem pelos quais, através da observação de um modelo, é possível a aquisição de novos comportamentos ou modificação dos repertórios já existentes no indivíduo. Nesse contexto, a aprendizagem ocorre porque existe a probabilidade de reforçamento pelas mesmas consequências que reforçaram o comportamento modelo (SKINNER, 1989/1991).

A aprendizagem via modelação é útil pois permite a aquisição de novas respostas de maneira mais rápida, em comparação aos indivíduos que aprendem através das próprias contingências de tentativa e erro (DERDYK; GROBERMAN, 2004). Exemplificando, pais que iniciam cumprimentos, dando bom dia para pessoas conhecidas ou desconhecidas quando saem de casa, podem ensinar aos seus filhos essa mesma resposta de cumprimentar pessoas, permitindo que os filhos imitem ações desempenhadas por seus modelos.

h) Regras e Autorregras

Skinner (1969/1975) defende que o comportamento humano pode ser modelado tanto por contingências, que permitem ao indivíduo aprender novos comportamentos a partir de consequências imediatas de seus comportamentos quanto pode ser governado por regras, que, neste caso, depende diretamente do comportamento verbal de outra pessoa (BAUM, 1994/1999).

O comportamento governado por regras apresenta vantagens, uma vez que se caracteriza como um processo de aprendizagem de novos comportamentos considerado mais rápido, em comparação ao comportamento modelado por contingências, além de regras tornarem mais fáceis o aproveitamento de aspectos que se apresentem como semelhantes entre contingências (Skinner 1974/1982).

O conceito de regras, segundo Skinner (1974/1982) consiste em um estímulo discriminativo verbal que possui como função a descrição de uma contingência². Como exemplo, pode-se pensar em pais que estabelecem regras para seus filhos, especificando ordens, avisos ou conselhos, descrevendo quais comportamentos são esperados, expondo também as consequências do cumprimento ou não destes comportamentos (SKINNER, 1974/1982; MEYER, 2001).

Já as Autorregras são formulações feitas pela própria pessoa, com objetivo de auxiliá-la a colocar seu comportamento verbal sob controle direto das situações que vivencia, bem como de suas consequências, exercendo simultaneamente o papel de ouvinte e falante, modificando assim o seu próprio ambiente (SKINNER, 1984; MEYER, 2001). Como exemplo de autorregra, podemos pensar em pais que estabelecem padrões de comportamentos direcionados a seus filhos baseados em suas próprias verbalizações, como “preciso agir assim para ser considerada uma boa mãe”, ou “para ser um bom pai, preciso oferecer presentes bons aos meus filhos”.

A partir do exposto acerca dos princípios comportamentais entende-se que é necessário considerar a interação entre ambiente e organismo com base em uma perspectiva dinâmica e probabilística (LAURENTI; LOPES, 2008). Sendo assim, o estudo do processo de influência de pais na criação de seus filhos se mostra com elevada relevância à medida em que nos permite pensar na relação entre o ambiente e o organismo na produção e manutenção de seus comportamentos. No capítulo seguinte, serão abordadas conceituações sobre práticas parentais e estilos parentais, bem como sua influência no ambiente dos filhos.

² Relação de dependência entre eventos comportamentais e ambientais (SKINNER, 1951/2003).

2.3 Práticas Parentais

O modo como o desenvolvimento de uma criança ou adolescente ocorre está diretamente relacionado a diversos fatores, incluindo desde níveis orgânicos até os de ordem social ou cultural, que se manifestam, especialmente, a partir da família, de sua participação na comunidade escolar e nos outros ambientes no qual está inserido (TONI; HECAVEÍ, 2014).

Os pais assumem uma posição de destaque uma vez que são as primeiras figuras responsáveis por exercer controle sobre o comportamento da criança (TONI; HECAVEÍ, 2014). Portanto, para que seja possível entender como se desenvolvem esses processos de influência da família na vida desses indivíduos, é necessário adentrar em teorias que estudam como essas influências acontecem, além de demarcar as diferenças existentes entre as mesmas. Para isso, será discutido teorias conceituadas como Estilos Parentais e Práticas Parentais.

Os Estilos Parentais são definidos por Darling e Steinberg (1993) como um conjunto de características e atitudes assumidas pelos pais, que se expressam no contexto familiar e que incluem tanto os comportamentos voltados para metas de socialização (práticas parentais), como os não voltados às metas especificamente, como expressões emocionais espontâneas ou gestos emitidos pelo filho.

Nessa perspectiva, os estilos parentais atuam como moderadores entre a eficiência de práticas específicas, bem como da apresentação da criança à socialização (DARLING; STEINBERG, 1993). Assim, os pais, em seu exercício da parentalidade, farão uso de estratégias que serão utilizadas com a finalidade de educar, instruir, intermediar e controlar o comportamento de seus filhos, denominadas como práticas parentais (ALVARENGA; PICCININI, 2001).

As práticas parentais, por sua vez, são definidas a partir dos diferentes comportamentos dos pais em relação aos filhos, tendo como principal objetivo incentivar o desenvolvimento de comportamentos sociais adequados, bem como minimizar o aparecimento de comportamentos sociais entendidos como inadequados (DARLING; STEINBERG, 1993; ROCHA, 2003; BORTOLINI; ANDRETTA, 2013).

Vale ressaltar ainda que essas práticas se desenvolvem a partir de um ideal construído pelos próprios pais, de acordo com seus valores, bem como da história de reforçamento individual e cultural em que estão inseridos, como explica Gomide (2003). Portanto, por estar relacionada com os valores desenvolvidos por cada um, é possível pensar em uma multiplicidade de práticas parentais, que funcionam como equivalentes para um mesmo comportamento-alvo (DARLING; STEINBERG, 1993).

Dessa forma, enquanto a literatura que disserta sobre os estilos parentais se relaciona diretamente com o padrão complexo de crenças e atitudes dos pais com relação à socialização de seus filhos, ou seja, ao clima que envolve as estratégias utilizadas no exercício da parentalidade, as práticas parentais, por outro lado, se remetem à descrição de comportamentos utilizados pelos pais nas estratégias por eles aplicadas, dentro desse contexto familiar (LUBI, 2003; GOMIDE, 2003).

Esse clima, entretanto, pode ser afetado positiva ou negativamente de acordo com o uso de determinadas estratégias escolhidas pelos pais, tendo relação direta com o desenvolvimento de habilidades sociais de seus filhos. Na literatura, é possível identificar estudos que relacionam os estilos parentais e a sua influência no desenvolvimento dessas habilidades importantes (BAUMRIND, 1966; DARLING; STEINBERG, 1993; GOMIDE, 2003; MACARINI et al., 2010).

Os primeiros trabalhos que constituem a literatura a respeito das práticas utilizadas pelos pais já traziam em seus conteúdos a existência de diferentes maneiras de exercer esse controle sobre os filhos, distinguindo-se geralmente pelos seus aspectos, que podiam ser mais ou menos autocráticos ou democráticos, persuasivas ou coercitivas (MONTANDON, 2005).

Surge então, como proposta, a conceituação feita por Baumrind (1971) de quatro estilos presentes nos repertórios dos pais: o autoritário, consistindo no estilo de exercer muito controle sobre a criança e fornecer pouco apoio à mesma, existindo no contexto a presença de regras inquestionáveis; o modelo permissivo, quando ocorre o contrário do modelo anterior, onde há pouco controle e muita disponibilização de apoio, que segundo o autor, entende-se por aceitar os desejos da criança, sem que se exija respostas específicas para isso; o estilo descrito como autoritativo, em que os pais disponibilizam apoio e controle de comportamentos dos filhos em medidas similares, caracterizado pela presença de regras predefinidas, mas, ao mesmo tempo, encorajamento para a busca do filho à autonomia; e o quarto estilo, nomeado como o não-envolvido, caracterizado por indiferença e pouco envolvimento por parte dos pais.

Dessa maneira, os estudos promovidos por Baumrind (1971) muito contribuíram para o desenvolvimento de teorias a respeito das relações entre pais e filhos, incorporando ao tema processos emocionais, bem como comportamentais, que se faziam presentes nesse contexto. Entretanto, como pontua Darling e Steinberg (1993), a pesquisa realizada não incluía em sua amostra diferentes etnias, o que gera por consequência conclusões menos efetivas no que diz respeito à generalização de resultados.

Apesar das limitações apresentadas, os estudos de Baumrind (1971) deram início a um campo de novas investigações a respeito do assunto. Segundo Macarini et al. (2010), a partir

desses primeiros estudos, as investigações sobre criação parental se desenvolveram com novas variáveis sendo acrescentadas à teoria, como valores e crenças dos pais para socialização de seus filhos, bem como metas parentais.

Com fins metodológicos, Maccoby e Martin (1983) apud Darling e Steinberg (1993) propuseram o acréscimo de dois processos específicos na análise dos estudos sobre parentalidade: as demandas dadas pelos pais aos filhos (exigências) e as contingências de reforço parental (responsividade). A partir dessas novas demarcações, os estudos sobre estilos parentais relacionaram as figuras de pais autoritativos como aqueles com elevados níveis de exigência e responsividade, bem como figuras de pais autoritários sendo apresentados com comportamentos de elevada exigência e baixa responsividade.

Estudos evidenciam que ao se aplicar tais dimensões ao estilo parental permissivo, foram identificados dois padrões parentais distintos: o perfil negligente, caracterizado por baixa exigência e responsividade e os classificados como indulgentes, que apresentam comportamentos de baixa exigência e elevada responsividade (LUBI, 2003; GOMIDE, 2003).

Dentro do campo das práticas parentais, encontram-se, segundo Gomide (2003), dois polos: as práticas positivas e negativas. Nas práticas parentais positivas, existe por consequência a transmissão de confiança, representações de amor, carinho e segurança, que colaboram para o desenvolvimento de comportamentos prossociais a serem emitidos pelo filho. Nesse polo, os pais apresentam comportamentos não-coercitivos em seu exercício da parentalidade através do uso de regras e favorecem o uso de reforçadores positivos.

Já nas práticas parentais negativas, encontram-se variáveis tidas como geradoras de conflitos entre pais e filhos, responsáveis pelo desencadeamento de estresse, falta de confiança e que podem levar a criança a emitir uma série de comportamentos antissociais, lançando mão de comportamentos caracterizados como coercitivos, além de empregar estímulos aversivos nas relações com seus filhos (GOMIDE, 2003; TONI; HECAVEÍ, 2014).

As práticas educativas parentais são descritas e classificadas em sete categorias, segundo Gomide (2004). As práticas educativas positivas são compostas pela monitoria positiva e comportamento moral, enquanto que as práticas educativas negativas são descritas pela autora por punição inconsistente, negligência, disciplina relaxada, monitoria negativa e abuso físico e psicológico. A seguir, cada categoria será apresentada e descrita, para melhor apropriação teórica.

A monitoria positiva é proposta por Gomide (2003) como os comportamentos parentais que se voltam para as dinâmicas de vida de seus filhos. Mais especificamente, consiste no contexto de que os pais possuem conhecimento sobre a realidade ao qual o filho está inserido,

onde ele se encontra, suas atividades, seus processos de aquisição de novos comportamentos, bem como seus gostos e preferências. Essa atenção se expressa pelo estabelecimento de regras a respeito dos locais que o filho frequenta, com quem devem se associar, horário de retorno para casa, monitoria do filho realizando suas próprias atividades, entre outros. Gomide (2003) explica que esse controle governado por regras permite maior poder de ação sobre comportamentos indesejados, através de comunicação e negociações favoráveis tanto para os pais quanto para os filhos.

Já nas práticas que compõem a categoria comportamento moral, são ensinados aos filhos valores morais como honestidade, empatia e senso de justiça, auxiliando-os na discriminação de certo e errado por meio de seus próprios modelos (SAMPAIO, 2007). Há aqui, principalmente, o foco no ensino de valores éticos e morais para os filhos. Gomide (2003) explica que o ambiente gerado pela atitude dos pais conduz o clima emocional: contextos que valorizam a obediência correspondem a uma proposta mais coercitiva de educação, assim como ambientes cooperativos despertam atitudes de respeito mútuo.

Na categoria punição inconsistente, os pais dão consequências aos comportamentos da criança de acordo com seus próprios estados de humor momentâneos, e não de forma que se apresente contingente às ações do filho, causando confusão para a criança em relação a discriminação de seus comportamentos e nas consequências que eles possuem, como explica Sampaio (2007). No contexto familiar, onde os pais são caracterizados como figuras de autoridade, mas também de modelo a ser seguido, é importante a descrição de contingências de comportamentos esperados, bem como a criação de um ambiente que deixa claro quais são as condutas que devem ser seguidas pelos filhos. Na punição inconsistente, existe a presença de respostas punitivas e permissivas diante de um mesmo contexto, onde o que causa a punição não é necessariamente o ato praticado, mas o humor de quem pune (GOMIDE, 2003; LUBI, 2003).

Já a negligência ocorre em momentos em que os pais se tornam pessoas ausentes no contexto de seus filhos, não mantém uma rotina de interesse consistente e deixam de efetuar papéis significativos em suas vidas, não sendo uma figura disponível em oferecer auxílio e abstando-se de suas responsabilidades, favorecendo o desenvolvimento de crianças inseguras, agressivas e com baixa autoestima (TONI; HECAVEÍ, 2014). Caracteriza-se também pela falta de atenção às necessidades dos filhos, material ou afetiva, incluindo também a omissão na disponibilização de auxílio por parte dos pais (LUBI, 2003). Pais que apresentam comportamentos de negligência costumam se ausentar de situações em que os filhos precisam

de auxílio, tornando-se figuras indisponíveis enquanto agentes socializadores e favorecendo o desenvolvimento de comportamentos antissociais nos filhos (GOMIDE, 2003).

Nas práticas negativas, encontram-se ainda a disciplina relaxada, caracterizada por pais que determinam regras, e, por eles mesmos, as desrespeitam ou as esquecem, exigindo uma resposta específica da criança apenas em alguns momentos (GOMIDE, 2003). Estabelecer regras dentro do ambiente familiar permitirá ao filho um treino adequado não só para esse convívio, mas também como posterior generalização aos outros contextos que o mesmo estará inserido na sociedade, onde cada comportamento possui consequências positivas ou negativas para a pessoa, como explicam Bortolini e Andretta (2003). Por outro lado, pais que apresentam consequências correspondentes à comportamentos inadequados apresentados por seus filhos no momento em que ocorrem, favorecem o desenvolvimento de sentimento de culpa, considerado importante no processo de modelagem de seu comportamento moral, como explica Gomide (2003). Nesse contexto, o reforçamento do comportamento dos filhos torna-se um elemento importante em seu desenvolvimento, uma vez que permitirá a discriminação do que são considerados comportamentos adequados ou inadequados (GOMIDE, 2003).

Por outro lado, a determinação de regras em excesso e a demasiada fiscalização consistem em práticas de monitoria negativa. Também nomeada como supervisão estressante, essa prática caracteriza-se pelos comportamentos dos pais que se apresentam a partir de supervisão e ordens excessivas, que, ao serem descumpridas, geram hostilidade e um clima no contexto familiar de insegurança (BORTOLINI; ANDRETTA, 2013). Vale destacar que, para Gomide (2003), esse tipo de vigilância excessiva empregada pelos familiares pode produzir consequências negativas no processo de desenvolvimento da independência dos filhos.

Por fim, pais praticantes do abuso físico se utilizam de práticas corporais lesivas na tentativa de exercer controle sobre o comportamento de seus filhos. O abuso físico se diferencia de punição corporal por conterem objetivos diferentes: o primeiro apresenta-se com a intenção de lesionar fisicamente o filho, enquanto o segundo, apesar de ser uma prática também considerada negativa, se justifica como uma forma de educar, como explica Gomide (2003). Ainda assim, entende-se que a utilização de práticas de punição física como métodos educativos são considerados fatores de risco, uma vez que podem desencadear outros comportamentos relacionados a aspectos sociais e de autoestima, como explicam Bortolini e Andretta (2013). Estas práticas, bem como a de negligência, vêm se mostrando como principais desencadeadoras de comportamentos antissociais presentes em repertórios de crianças e adolescentes (GOMIDE, 2004; TONI; HECAVEÍ, 2014).

É importante destacar a influência que as práticas educativas parentais exercem sobre o comportamento das crianças e adolescentes que são a elas submetidas, uma vez que pesquisas na literatura demonstram a direta relação entre práticas parentais positivas e o potencial produtor de habilidades sociais em crianças e adolescentes, bem como a relação entre práticas negativas e problemas de comportamento em filhos (CIA et al., 2006; SABBAG; BOLSONI-SILVA, 2010).

Sendo assim, o uso das práticas educativas parentais pode ser útil na construção de estratégias que sirvam de suporte para pais no processo educacional de seus filhos. Através dessas estratégias, é possível pensar em procedimentos que sirvam como ferramentas de intervenção em situações de desenvolvimento de comportamentos sociais inadequados, bem como promover ações que possibilitem e favoreçam a construção de comportamentos socialmente adequados (GOMIDE, 2003).

No Brasil, há escassez de dados em pesquisas que dissertem sobre o desenvolvimento de práticas parentais no contexto do autismo. No entanto, já é possível encontrar na literatura programas educacionais produzidos de acordo com o contexto de famílias com crianças autistas (CRUZ; MINETTO; WEBER, 2019), assumindo um lugar de disponibilização de serviço gerado através das tecnologias produzidas cientificamente, de maneira que favoreça o desenvolvimento de práticas educativas parentais voltadas para essa população. O próximo capítulo disserta sobre as modalidades de intervenção com pais e em como esse trabalho desenvolvido pode apresentar relações com o desenvolvimento de práticas parentais.

2.4 Modalidades de Intervenção

O núcleo familiar constitui-se enquanto um importante espaço para as possibilidades de intervenções analítico comportamentais, levando em conta que os pais podem se beneficiar dos conceitos aprendidos, além de possibilitarem intervenções aos filhos a partir das técnicas que foram ensinadas, nos mais variados ambientes (ANDRADE et al., 2016).

Estudos indicam a relação entre práticas parentais negativas, como monitoria negativa, disciplina relaxada e punição inconsistente com o desenvolvimento de padrões comportamentais nos filhos considerados socialmente inadequados, ressaltando a importância de intervenções junto a famílias, no sentido de possibilitar o ensino de estratégias de educação para manejo de comportamentos que favoreçam o desenvolvimento de repertórios considerados socialmente adequados (GOMIDE, 2003; CIA et al., 2006; SABBAG; BOLSONI-SILVA, 2010; ANDRADE et al., 2016).

A literatura ressalta também que as intervenções ao TEA possuem como objetivo diminuir as barreiras apresentadas pelos indivíduos autistas, ao passo em que buscam aumentar repertórios adaptativos dessas pessoas (ANDRADE et al., 2016). Estudos sinalizam que essas intervenções possuem maior efetividade quando são aplicadas em programas intensivos e com início em idade precoce, realizados em ambiente controlado ou natural (ANDRADE et al., 2016; HÜBNER et al., 2018; SCHOEN, 2003).

Sendo assim, uma das possibilidades de intervenção analítico comportamentais apresenta-se como a orientação de pais (OP), uma ferramenta aliada à psicoterapia infantil, de acordo com o modelo triádico, onde psicoterapeutas, pais e crianças trabalham juntos em busca dos objetivos terapêuticos traçados (SILVARES, 1995). Ademais, caracteriza-se como uma possibilidade de intervenção efetiva, uma vez que os pais disponibilizam de mais tempo com seus filhos, além de participarem de ambientes variados, em contraposição ao tempo e espaço limitado na terapia em consultórios clínicos (SILVA, 2016).

Os programas de OP possuem como principais objetivos fornecer auxílio aos pais para compreenderem os processos de aquisição de novos comportamentos e desenvolvimento de seus filhos, auxiliar no estabelecimento de regras, bem como de limites, manejo de comportamentos-problema e na construção de relações positivas entre pais e filhos, baseadas no acompanhamento e demonstrações de afeto (CAMINHA; ALMEIDA; SCHERER, 2011).

Silvares (1995) destaca que o trabalho realizado na clínica infantil se fundamenta em um atendimento psicológico conjugado, onde, além dos atendimentos e orientações prestadas à criança, a família também é alvo de orientações, com o objetivo principal de

produzir melhoras nos repertórios comportamentais, bem como nas relações interpessoais destes membros.

Ao desenvolver esse trabalho conjunto, o psicoterapeuta adquire a possibilidade de fornecer à criança recursos para trabalhar questões relacionadas às habilidades cognitivas, sociais e emocionais, ao mesmo tempo em que o profissional também possui a oportunidade de estender orientações aos familiares, auxiliando-os na aquisição de técnicas efetivas de manejos comportamentais e identificação de possíveis déficits nas práticas parentais desenvolvidas nessa família (SILVARES, 1995; PELLEGRINO, 2009).

No Brasil, Lima e Cardoso (2018) desenvolveram uma pesquisa com o objetivo de orientar pais, através de intervenções em grupos, quanto à habilidades e manejos comportamentais eficazes para o exercício da parentalidade. Os grupos possuíam reuniões temáticas, sendo trabalhados assuntos como a) o que é treinamento de pais e quais são as práticas parentais; b) análise da aprendizagem de um comportamento; c) consequências para comportamentos adequados e inadequados; d) por que as crianças se comportam bem ou se comportam mal; e) relacionamento afetivo e envolvimento; f) autoconhecimento e modelagem; g) maneiras para aumentar o bom comportamento e evitar o mal comportamento; e h) encerramento do programa com análise dos avanços e dificuldades encontrados.

Os resultados encontrados por Lima e Cardoso (2018) em seus estudos a partir do grupo de orientações de pais, sugeriram a eficácia da orientação utilizada como uma técnica terapêutica, uma vez que possibilita aos pais a) a aprendizagem do manejo de contingências de práticas parentais positivas em detrimento do uso de práticas parentais negativas; b) aumento nos repertórios de manejos de comportamentos-problema dos filhos; c) aumento na satisfação dos pais quanto aos seus próprios desempenhos; d) mudanças percebidas nos comportamentos dos filhos, já que os pais passaram a intervir lançando mão de consequências a partir de reforçamentos positivos para comportamentos adequados, ao invés de utilizarem em suas práticas o emprego de controle aversivo.

No Brasil, ainda é escassa a produção de conhecimento científico que relacione os ganhos obtidos nas práticas parentais através da orientação de pais de crianças com desenvolvimento atípico, mas os resultados na população de crianças com desenvolvimento típico sugerem a relevância deste tipo de intervenção na promoção de qualidade de vida dos pais, bem como nos ganhos significativos na relação entre pais e filhos (BOLSONI-SILVA; SILVEIRA; MARTURANO, 2008; ZAZULA; HAYDU, 2011; LIMA; CARDOSO, 2018).

Uma segunda modalidade de intervenção constitui-se no Treinamento de Pais (TP), caracterizando-se como um procedimento a partir do treino de pais, que possui como principal

finalidade a modificação de comportamentos dos filhos através de seus próprios pais, em ambientes naturais, estimulando o desenvolvimento de comportamentos socialmente adequados e minimizando a presença de comportamentos socialmente inadequados (SILVA, 2016).

O histórico do desenvolvimento do treinamento de pais remete à década de 1960 e princípio dos anos 1970 o surgimento desta modalidade de intervenção. Desde então, o TP passou por três diferentes etapas de desenvolvimento, levando em conta as técnicas ensinadas e a forma como eram vistas as dificuldades apresentadas pelos pais e filhos (OLIVARES et al., 2005).

A primeira etapa do desenvolvimento do TP, datados entre as décadas de 60 e 70, centrava seus esforços no desenvolvimento de técnicas de intervenção que pudessem aliar um modelo a ser seguido pelos pais, além de possibilitar um enfoque que abarcasse como possibilidade uma grande variedade de comportamentos-problema que pudessem ser apresentados pelos filhos (SILVARES, 2000; OLIVARES et al., 2005).

Nessa fase, existia já a implementação de um modelo triádico implementado por Tharp e Wetzel (1969), caracterizado a partir de três figuras: o consultor (1), assumido pelo terapeuta, que aplicava os conceitos teóricos diretamente à figura do mediador (2), que eram os próprios pais, que, por sua vez, se direcionavam ao objetivo (3), caracterizados como os comportamentos-problema que a criança apresentava em seu repertório (SILVARES, 2000; OLIVARES et al., 2005, BRITO, 2016).

Neste primeiro modelo, Olivares (2000) destaca que alguns fatores podem ter favorecido o surgimento desta forma de intervenção, como a expansão no desenvolvimento de técnicas que possibilitavam modificações de repertórios comportamentais, derivados de procedimentos de punição e reforçamento que se baseavam no conceito de comportamento operante, além da tendência em utilizar outros profissionais, como os próprios pais, na realização de serviços em saúde mental.

Para além dos pontos destacados por Olivares (2000), um fator de grande relevância também se deu a partir da conscientização e da necessidade de agregar os pais no processo terapêutico de seus filhos, em contrapartida aos enfoques mais tradicionais, em que terapeutas trabalhavam exclusivamente com as crianças, em sessões semanais. Essa concepção se baseava no fato de que grande parte dos comportamentos-problema dos filhos surgiam e se mantinham no ambiente natural que estavam inseridos, sendo os pais importantes mediadores, já que o terapeuta não teria acesso a esses ambientes (SILVARES, 2000; OLIVARES et al., 2005; BRITO, 2016;).

Na década de setenta, em um segundo momento do TP, as intervenções consideravam como fator de destaque apenas as variáveis que possuíam alguma relação com os problemas de comportamento dos filhos, sem levar em conta o ambiente ao qual as crianças se inseriam, nem as variáveis relativas aos comportamentos dos próprios pais (SILVARES, 1995; BRITO, 2016).

A partir da década de 1990, o TP assume então um terceiro momento, onde os programas de intervenção passam a destacar a importância da qualidade na relação entre pais e filhos, possibilitando assim o desenvolvimento de habilidades parentais importantes, além de influenciar na diminuição de potenciais geradores de estresse nas famílias (SILVARES, 1995; OLIVARES et al., 2005).

Atualmente, o TP assume os seguintes princípios: a) o comportamento apresentado pela criança é resultado da relação entre ela mesma e o ambiente ao qual está inserida; b) é mantido através das contingências ambientais familiares; c) os pais são os responsáveis pelos reforçadores envolvidos no contexto de seus filhos, por estarem mais tempo presentes e nos mais variados contextos, tendo controle das contingências relacionadas aos comportamentos dos filhos (SILVARES, MARINHO, 1998).

Assim como na orientação de pais, ainda é escassa a literatura que disserta sobre a efetividade de programas de treinamento de pais de crianças autistas no desenvolvimento de práticas parentais. No entanto, pesquisas realizadas com pais de crianças em desenvolvimento típico apresentam bons resultados no aumento de práticas parentais positivas, bem como na redução das práticas negativas e na redução de comportamentos problemas de filhos, promovendo qualidade de vida para as famílias participantes da intervenção (BOLSONI-SILVA, 2007).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral:

Investigar, através de um levantamento bibliográfico, estudos que possibilitem a promoção de práticas parentais por meio de treinamento de pais de crianças autistas, em trabalhos realizados com essa população.

3.2 Objetivos específicos:

- a) Mapear publicações desenvolvidas sobre pais e transtorno do espectro do autismo;
- b) Identificar os objetivos das intervenções realizadas com os pais a partir da literatura selecionada;
- c) Descrever os principais resultados apresentados por estes estudos;
- d) Relacionar os resultados obtidos com o desenvolvimento de práticas parentais sob referencial teórico da Análise do Comportamento;

4 MÉTODO

4.1 Amostra

Foram incluídos na presente revisão de literatura estudos publicados em bases de dados digitais que faziam referência a intervenções baseadas em treinamento de pais, com referencial teórico pautado na análise do comportamento.

4.2 Materiais

Foram utilizados para a pesquisa livros da coleção “Sobre Comportamento e Cognição”, dos volumes 5 ao 27, datados entre os anos 2000 a 2011; Artigos publicados em meios eletrônicos, em bases de dados digitais previamente selecionadas; Dissertações e Teses publicadas que atendiam aos critérios de inclusão.

4.3 Procedimentos

4.3.1 Coleta de dados

A coleta de dados do presente estudo foi realizada a partir do levantamento de artigos nas bases de dados digitais PePSIC, SciELO, LILACS e Google Acadêmico, produzidos entre o período de janeiro de 2000 a dezembro de 2019. O ano de início das publicações fora escolhido com base na reorganização terminológica sugerida por Tourinho (1999) para classificar como análise do comportamento a área ampla que envolve o behaviorismo radical, a análise experimental do comportamento e a análise aplicada do comportamento.

A pesquisa desenvolveu-se através dos descritores estabelecidos previamente, sendo eles: (a) “cuidadores” *AND* “autismo”; (b) “práticas parentais” *AND* “autismo”; (c) “pais” *AND* “autismo”, considerando artigos escritos em língua portuguesa e inglesa, produzidos no Brasil entre os anos de 2000 a 2019. As bases de dados foram escolhidas por permitir a pesquisa através da combinação de descritores, além de agregarem publicações importantes, seguindo critérios de rigor teórico. A seleção destes termos se deu baseada em palavras-chave utilizadas em artigos publicados sobre a temática de pais e autismo.

Nas bases digitais, os descritores utilizados foram selecionados de acordo com a incidência com que apareciam em pesquisas relacionadas com a temática. Os termos foram utilizados acompanhados de aspas, possibilitando a busca exata das palavras descritas, junto também do operador booleano “AND”, que torna possível a combinação de dois descritores.

Também fora realizado uma pesquisa a partir dos títulos dos capítulos apresentados na coleção “Sobre comportamento e cognição”, totalizando 22 volumes, publicados entre os anos de 2000 a 2011. Entretanto, não foi possível encontrar, dentro dos capítulos apresentados pela coleção, assuntos que relacionassem o desenvolvimento de práticas parentais e pais de crianças autistas, sendo encontrado apenas capítulos que tratassem de propostas para modificação de comportamentos de pais pautados em treinamentos com base na teoria analítico comportamental, mas que não incluíam autismo, ou propostas de intervenção ao autismo, mas que não incluíam pais ou cuidadores.

Durante a pesquisa, foram incluídos para análise de dados artigos que seguissem como critérios: (a) intervenções ou estudos realizados junto a pais/cuidadores de crianças autistas; (b) que foram escritos entre os anos de 2000 a 2019; (c) que foram escritos em língua portuguesa ou inglesa; (d) que foram escritos no Brasil.

Os critérios de exclusão de artigos para a presente pesquisa foram (a) artigos que tratassem sobre práticas parentais ou treinamento de pais, mas que não falassem sobre autismo; (b) artigos sobre autismo, mas que não tratassem sobre manejo com pais/cuidadores; (c) artigos escritos fora do período preestabelecido; (d) artigos escritos fora do Brasil; (e) artigos que se repetiam.

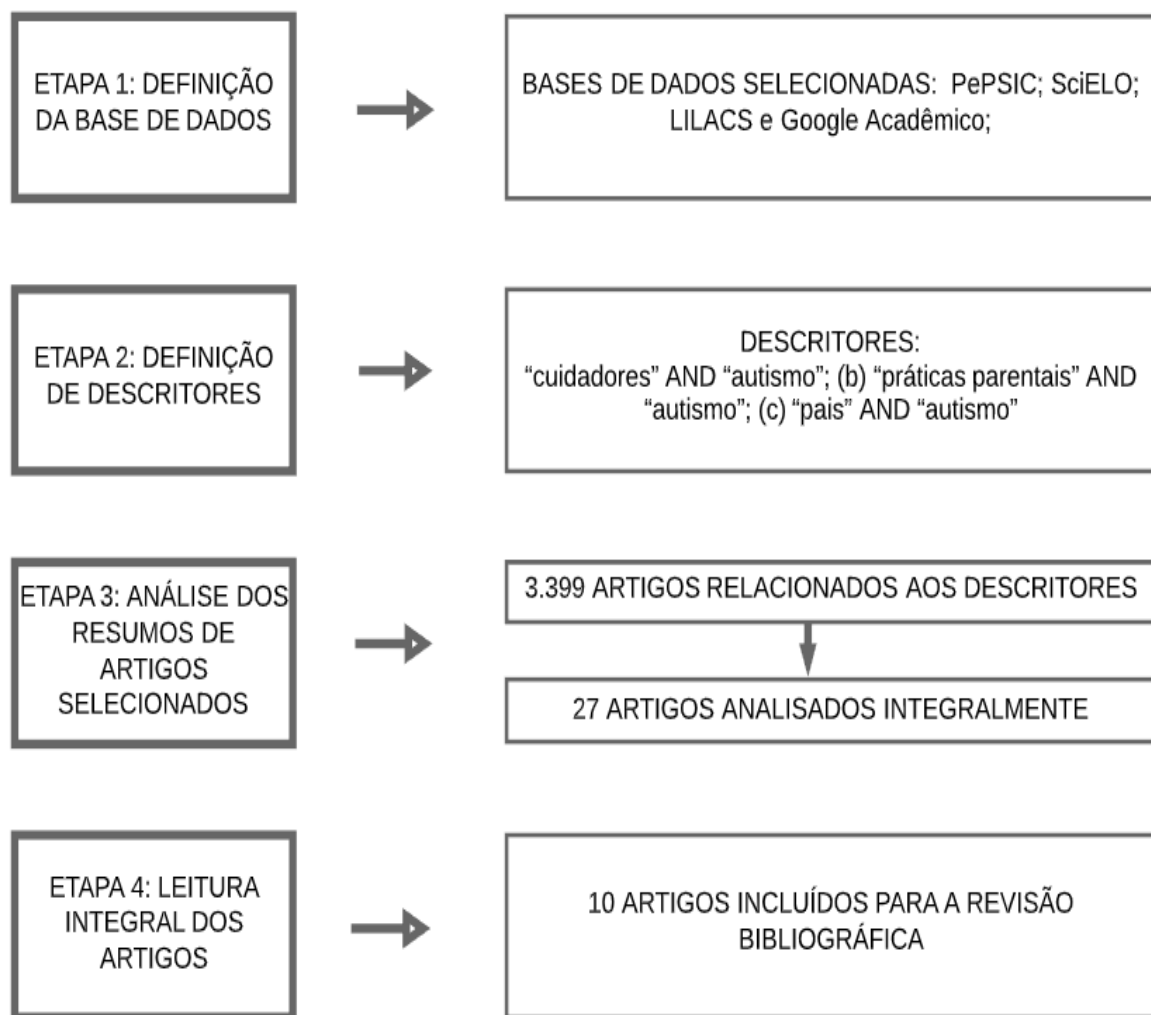
4.3.2 Análise de dados

A pesquisa inicial identificou um total de 3.399 artigos nas bases de dados selecionadas (420 resultados encontrados no SciELO, 20 artigos encontrados no LILACS, 12 artigos encontrados no PePSIC e 2.947 no Google Acadêmico), sendo analisados e, posteriormente, selecionados para a construção de uma tabela, a fim de possibilitar uma análise mais detalhada sobre o conteúdo das publicações.

Em seguida, os artigos tiveram os seus títulos e resumos lidos, com o objetivo de incluir ou excluir alguma publicação de acordo com os critérios estabelecidos previamente para a pesquisa. Após a etapa de verificação de títulos, resumos e ano de publicação, foram selecionados inicialmente 27 artigos, com base nos critérios de inclusão.

Posteriormente fora realizado uma nova etapa de classificação, onde ocorreu a leitura dos artigos incluídos na íntegra, a fim de selecionar publicações com referencial teórico na Análise do Comportamento, sendo selecionadas 10 pesquisas como produto final da revisão sistemática bibliográfica. Os dados foram quantificados e transformados em tabelas, possibilitando assim uma melhor visualização dos resultados adquiridos. A Figura 1 apresenta a seguir o processo de seleção de artigos.

Figura 1 – Procedimentos adotados para seleção de artigos



Fonte: elaborada pela autora (2020).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o levantamento de dados de artigos publicados em meios eletrônicos, que abordavam o tema de treinamento de pais de crianças autistas e que foram publicados entre os anos de 2000 a 2019, foram encontrados um total de 3.399 artigos. Desses, 27 artigos foram selecionados com base nos critérios de inclusão. Após a leitura integral das produções selecionadas, 10 artigos foram incluídos no presente estudo de revisão. Abaixo, o Quadro 1 reúne informações quanto a base de dados em que se localizavam, o ano de publicação, autores e título.

Quadro 1 - Base de dados, autores, ano de publicação e título dos artigos selecionados

Nº do artigo	Base de dados	Autores e Ano de publicação	Título do artigo
1	LILACS	ANDRADE et al. (2016)	“Treinamento de pais e autismo: uma revisão de literatura”
2	PePSIC	FERREIRA; SILVA; BARROS (2016)	“Ensino de aplicação de tentativas discretas a cuidadores de crianças diagnosticadas com autismo”
3	SciELO	BARBOZA et al. (2015)	“Efeitos de videomodelação instrucional sobre o desempenho de cuidadores na aplicação de programas de ensino a crianças diagnosticadas com autismo”
4	SciELO	BORBA (2014)	“Intervenção ao autismo via ensino de cuidadores”
5	SciELO	SANTOS et al. (2015)	“Intervenção em Autismo: engajamento social implementado por cuidadores”
6	SciELO	BALESTRO; FERNANDES (2018)	“Percepção de cuidadores de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo quanto ao perfil comunicativo de seus filhos após um programa de orientação fonoaudiológica”
7	Google Acadêmico	FAZZIO (2002)	“Intervenção comportamental no autismo e deficiências de desenvolvimento: uma análise dos repertórios propostos nos manuais de treinamento”

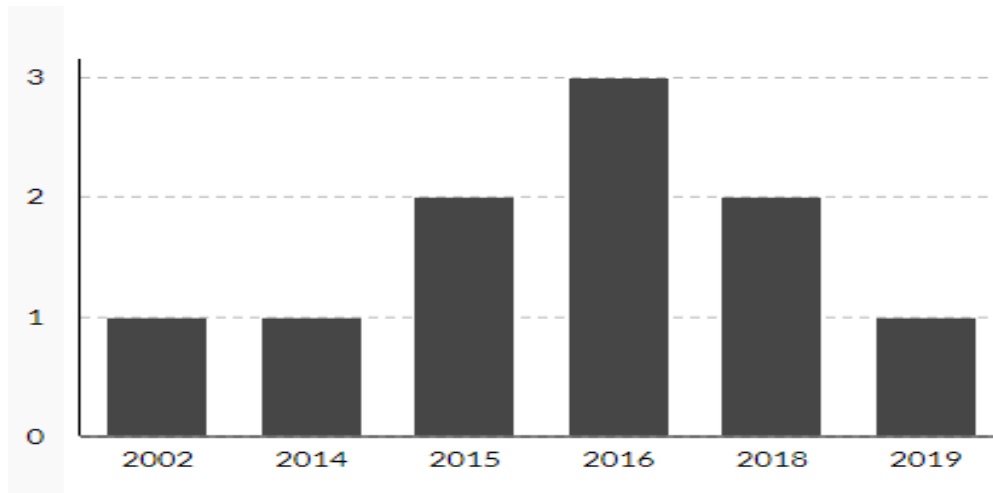
8	PePSIC	BAGAIOLO et al. (2018)	“Capacitação parental para comunicação funcional e manejo de comportamentos disruptivos em indivíduos com transtorno do espectro autista”
9	Google Acadêmico	SILVA (2016)	“Manejo de problemas de comportamento de crianças com transtorno do espectro autista: estudo piloto baseado em um programa de psicoeducação comportamental”
10	SciELO	GOMES et al. (2019)	“Efeitos de intervenção comportamental intensiva realizada por meio da capacitação de cuidadores de crianças com autismo”

Fonte: elaborado pela autora (2020).

A partir dos dados descritos no Quadro 1, é possível perceber o aumento na produção de artigos voltados para a promoção de novas estratégias de intervenção para pessoas diagnosticadas com TEA, como a intervenção via pais/cuidadores, temática que ao longo dos anos apresenta 90% dos artigos selecionados, escritos e publicados em bases de dados digitais datados a partir do ano de 2014.

Apenas 1 artigo (FAZZIO, 2002) dentre as publicações selecionadas fora produzido em 2002, permitindo visualizar o crescente engajamento de pesquisadores para esta temática nos últimos anos. Vale destacar, ainda, que, apesar do número aumentado de produção científica, a população brasileira, bem como os dados de crescimento de casos de TEA no país demonstram necessidade de mais investigações sobre manejos alternativos para essa população, revelando ainda alta demanda na produção de tecnologia e de pesquisas para intervenções eficazes (ANDRADE et al., 2016). Abaixo, a Figura 2 representa a produção dos artigos ao longo dos anos.

Figura 2- Produção dos artigos ao longo dos anos



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Os temas encontrados nos artigos selecionados concentram-se de maneira geral em fornecer suporte aos pais, por meio da instrumentalização no ensino de técnicas em análise do comportamento, de modo que seja possível a aplicação destas em contexto natural com seus filhos, a partir dos próprios cuidadores. Essa intervenção tem se mostrado eficaz, uma vez que os resultados obtidos, como serão analisados posteriormente, indicam ganhos nas relações familiares e no desenvolvimento dos filhos.

Um ponto a ser destacado consiste no fato de que, não houveram, dentre os artigos pesquisados, trabalhos voltados para os próprios comportamentos dos pais que pudessem auxiliar ou não nesse processo de desenvolvimento, a partir de uma análise de repertórios dos comportamentos governados por regras e autorregras desses pais. A intervenção para o ensino de técnicas e manejos de comportamentos é relevante e eficaz nesse contexto, mas também é importante entender como esses pais idealizam seus filhos e auxiliá-los nesse processo (SILVARES; MARINHO, 1998).

A seguir, o Quadro 2 apresenta uma estrutura sintetizada dos objetivos descritos por cada estudo selecionado. Ao longo do estudo, os artigos serão identificados conforme a numeração apresentada na coluna esquerda ao seu respectivo objetivo.

Quadro 2 – Objetivos dos artigos selecionados para a análise

Nº do artigo	OBJETIVO
1	O objetivo foi buscar, através de uma revisão bibliográfica que trata sobre treinamento de pais de crianças autistas, evidências e impactos decorrentes deste tipo de intervenção, tanto para os pais quanto para as crianças.
2	O estudo buscou verificar os possíveis efeitos do procedimento de ensino para aplicação de tentativas discretas sobre o desempenho de cinco cuidadores de crianças autistas.
3	A proposta do estudo foi desenvolver e avaliar o efeito de um pacote de videomodelação instrucional e a relação com a precisão na aplicação de programas de ensino via cuidadores de crianças autistas.
4	O objetivo da pesquisa foi desenvolver por via dos cuidadores um programa de intervenção, além de avaliar seus efeitos no ensino de habilidades básicas como sentar, esperar, toque aqui, atender quando chamado pelo nome, rastreamento visual e imitação com e sem objeto.
5	O estudo apresentou como principal objetivo a verificação da efetividade de uma intervenção com cuidadores no sentido de promover comportamentos de engajamento social em crianças autistas.
6	A proposta do estudo foi analisar a percepção de cuidadores de crianças autistas em relação ao perfil funcional da comunicação de seus filhos antes, durante e após as orientações fornecidas pela equipe pesquisadora.
7	O objetivo do estudo foi analisar manuais de treinamento de pais em relação aos programas de ensino de habilidades e os treinos de respostas em cada repertório trabalhado.
8	O estudo apresentou como objetivo promover, através de intervenções realizadas em serviços ambulatoriais, a capacitação de cuidadores de pessoas autistas que apresentavam repertórios de comportamentos disruptivos.
9	A pesquisa buscou verificar através de evidências empíricas, a eficácia na aplicação de um programa psicoeducativo de cuidadores, no sentido de ensinar a essa população o manejo adequado de dificuldades comportamentais dos filhos autistas.
10	O objetivo da pesquisa caracterizou-se em capacitar cuidadores através de uma intervenção comportamental intensiva, nos manejos de comportamentos de seus filhos autistas.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Dos 10 estudos selecionados, 2 caracterizam-se como artigos de revisão de literatura (1 e 7). Dentre esses dois artigos, o Nº 1 é descrito como uma revisão bibliográfica com o objetivo de analisar as evidências e impactos decorrentes da intervenção advinda do treinamento de pais de crianças autistas.

O artigo 1 demonstra sua relevância na presente pesquisa, uma vez que agrega como objetivo principal a busca por resultados já definidos na literatura sobre os impactos que a intervenção de capacitação de pais produzem tanto na vida das crianças, que passam a receber manejos mais adequados, possibilitando o desenvolvimento de habilidades importantes, quanto para pais, podendo produzir qualidade de vida, uma vez que estarão orientados em relação aos procedimentos de ensino necessários para os seus filhos (ANDRADE, et al., 2016)

O artigo 7, entretanto, concentra-se em analisar manuais de treinamento de pais e a efetividade na produção de procedimentos e instalação de novos comportamentos no repertório desses cuidadores. Caracterizado como o primeiro estudo selecionado para a presente revisão em relação ao ano de publicação, o artigo 7 demarca no tempo a relevância de tratar sobre o assunto de treinamento de pais, uma vez que, são os pais as figuras que dedicam maior quantidade de tempo com os filhos, evidenciando a importância de trabalhar e ensinar ferramentas básicas para manejo adequado de comportamentos problema (FAZZIO, 2002).

Foi possível analisar também que, dentre os artigos selecionados, 8 caracterizam-se como artigos de intervenção com pais/cuidadores de crianças autistas (artigos 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9 e 10). Entre esses artigos, 3 são destinados a ensinar pais a desenvolverem protocolos de aplicação de programas comportamentais em seus próprios filhos autistas, a partir da tecnologia produzida em ABA (artigos 2, 3 e 4), reproduzindo uma realidade experimentada em contexto de clínica, com terapeutas analítico-comportamentais.

Outros 3 artigos apresentaram como objetivo o ensino de técnicas para manejo de comportamentos disruptivos e outros comportamentos-problema que possam vir a ser apresentados pelos filhos (artigos 8, 9 e 10). A investigação, bem como o treinamento de pais nesse campo específico é extremamente válido, uma vez que capacita pais a lidarem com manejos adequados, bem como identificando padrões ou mesmo organizando arranjos no ambiente do filho, possibilitando a exposição menos frequente a fatores estressantes, e, assim, produzindo qualidade de vida à criança (SILVA, 2016; BAGAILOLO et al., 2018; GOMES, 2019).

Gomide (2003), através de seus estudos, também permite pensar que, ao aprender a lidar com comportamentos disruptivos dos filhos, bem como aprender a analisar os antecedentes dessas respostas, os pais são expostos ao desenvolvimento de práticas parentais

como monitoria positiva, que, em termos gerais, é definida como os comportamentos parentais que se voltam para as dinâmicas de vida de seus filhos, em relação ao que eles apresentam interesse, mas também em relação à estímulos ambientais que podem causar tais respostas em seus filhos.

Dentre os artigos selecionados, 1 apresentou como objetivo a verificação da efetividade da intervenção com cuidadores no sentido de promover comportamentos de engajamento social em crianças autistas (Artigo 5). O fator de dificuldade em exposição social é um dos principais marcadores do TEA (APA, 2014). Entretanto, habilidades de socialização podem ser ensinadas em contexto clínico, através de manejos bem organizados, bem como generalizadas para outros contextos aos quais a criança faz parte, principalmente se os pais forem treinados para estimularem esses comportamentos pró-sociais (ALMEIDA-VERDU et al., 2012; SANTOS et al., 2015; HÜBNER et al., 2018).

Treinamentos que estimulem pais a desenvolverem habilidades de engajamento social nos filhos também possibilitam o desenvolvimento de práticas parentais de comportamento moral, uma vez que permite aos pais compartilharem com seus filhos, através de seus próprios modelos, valores morais como honestidade, empatia, senso de justiça, que se mostram como habilidades importantes a serem desenvolvidas nas relações com outras pessoas (GOMIDE, 2003; SAMPAIO, 2007).

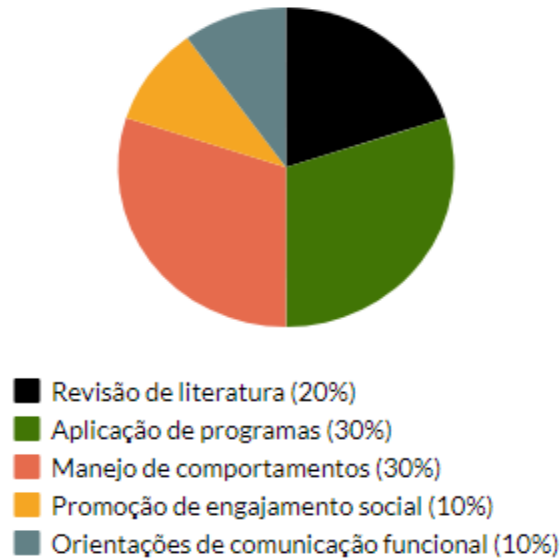
Em contrapartida, treinamentos com foco na socialização de seus filhos também possibilitam a diminuição no uso de práticas parentais negativas, como a negligência, uma vez que pais que apresentam comportamentos de se ausentar de momentos em que seus filhos precisam de auxílio, tornam-se figuras indisponíveis enquanto agentes socializadores, favorecendo o desenvolvimento de comportamentos antissociais (GOMIDE, 2003).

Foi possível identificar ainda que 1 dos estudos selecionados apresentou como objetivo oferecer orientações a pais quanto ao perfil de comunicação funcional de seus filhos (artigo 6). A comunicação também é um dos fatores de alta relevância na intervenção com indivíduos com TEA, uma vez que é pré-requisito para critério diagnóstico a dificuldade em comunicar-se com outras pessoas (APA, 2014). Vale destacar também que existem intervenções eficazes destinadas ao ensino de habilidades de comunicação, tanto verbal quanto não-verbal (BALESTRO; FERNANDES, 2018).

Abaixo, a Figura 3 apresenta um esquema dos temas propostos pelos artigos de acordo com a prevalência destes na presente seleção de revisão de literatura. Os artigos selecionados trabalham temas de grande relevância no contexto de treinamento de pais de crianças autistas, uma vez que os objetivos se caracterizam, a partir de uma análise macro, em

intervenções eficazes para generalização de habilidades aprendidas para todos os contextos de inserção dessas pessoas, via cuidadores.

Figura 3 – Caracterização de temas propostos pelos artigos selecionados



Fonte: elaborada pela autora (2020).

Dentro do grupo de estudos caracterizados como intervenções (8 artigos), é válida ainda a caracterização da amostra, para fins metodológicos, de maneira que seja possível analisar a relevância e a predominância observada no estudo. Os estudos apresentaram um padrão que estabeleceu um mínimo de 5 e máximo de 144 participantes selecionados, entre cuidadoras do sexo feminino, masculino e crianças. Abaixo, o Quadro 3 sintetiza os dados obtidos.

Quadro 3- Caracterização da amostra dos estudos selecionados

Nº do artigo	Público-alvo	Participantes	Média de idade	Gênero adultos	Gênero crianças
2	Cuidadores	5	Adultos: 38 anos	M 2 H 3	Não houveram crianças participantes

3	Cuidadores-filhos	3 díades	Adultos: 37 anos Crianças: 5 anos	M 2 H 1	M 1 H 2
4	Cuidadores-filhos	6 díades	Adultos: 34 anos Crianças: 4,5 anos	M 6 H 0	M 2 H 4
5	Cuidadores-filhos	7 díades	Adultos: 33 anos Crianças: 4,5 anos	M 7 H 0	Não especificado
6	Cuidadores	62 díades	Adultos: 34 anos Crianças: 6 anos	M 48 H 14	M 11 H 51
8	Cuidadores	72 díades	Adultos: - Crianças: 7 anos	M 67 H 5	M 11 H 61
9	Cuidadores-filhos	8 díades	Adultos: 8 anos Crianças: 38 anos	M 7 H 1	M 0 H 8
10	Cuidadores-filhos	32 crianças (grupo controle e exp.) 22 cuidadores	Adultos: - Crianças: 6 anos	M 21 H 1	M 2 H 20

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Os dados sintetizados no Quadro 3 se aproximam com pontos expostos pela literatura, como a prevalência significativa de mulheres envolvidas nos processos de cuidado das crianças, onde foi percebido que, de 185 cuidadores presentes em todos os estudos selecionados, 160 faziam parte do sexo feminino e apenas 25 eram do sexo masculino, colaborando para a ideia de Sanini, Brum e Bosa (2010) sobre mães estarem mais envolvidas com os tratamentos de seus filhos, enquanto os pais geralmente se relacionam com outras dinâmicas, também necessárias no arranjo familiar.

Em concordância com esse dado, Sanini, Brum e Bosa (2010), defendem que “mães apresentam maior incidência de estresse e depressão, possivelmente porque, em geral, são as figuras responsáveis pela maior parte dos cuidados diretos da criança” (SANINI; BRUM;

BOSA, p. 812, 2010). As autoras destacam ainda que a sobrecarga emocional, social e psicológica pode ter relação com questões culturais, uma vez que a figura materna é vista primordialmente como a responsável pelos cuidados diretos dos filhos. Evidencia-se, a partir do dado obtido, a necessidade de estratégias de intervenção também no sentido de acolher, treinar e capacitar mães, mas para além da disponibilização desses serviços, é fundamental a promoção de envolvimento de homens nos cuidados e acompanhamentos de seus filhos.

Um outro dado importante refere-se à prevalência de pessoas do sexo masculino diagnosticadas com o TEA (GRIESI-OLIVEIRA; SERTIÉ, 2017). Reunindo os dados de todas as pesquisas selecionadas no presente trabalho, de um número total de 173 crianças envolvidas nos estudos, 146 eram do sexo masculino e apenas 27 faziam parte do sexo feminino.

O ensino de técnicas para manejo de comportamentos de pessoas autistas realizados a partir de seus cuidadores possibilita uma alternativa de intervenção de grande relevância, uma vez que são os pais as figuras responsáveis pela educação de seus filhos em maior parte do tempo, além de caracterizarem-se como figuras primariamente responsáveis por exercer controle sobre os comportamentos dos filhos (TONI, HECAVEÍ, 2014). Através de um manejo adequado, os pais de autistas podem, com mais segurança, desenvolverem práticas parentais que serão utilizadas principalmente com a finalidade de educar, instruir, intermediar e controlar o comportamento de seus filhos (ALVARENGA; PICCININI, 2001).

Com o treinamento de pais/cuidadores, profissionais podem inserir essa população em um contexto teórico de psicoeducação, tratando, primordialmente, de princípios básicos que auxiliarão o desenvolvimento das práticas parentais, no sentido de ensinar cuidadores a identificar situações que exemplifiquem os princípios teóricos aprendidos e utilizarem-nos no exercício da parentalidade, reforçando positivamente comportamentos adequados, entendendo efeitos da punição, utilizando-se de técnicas que permitam habilidades de generalização de estímulos e contextos, entre outros.

Os estudos selecionados na revisão bibliográfica apresentaram diferentes instrumentos para mensurar os dados aos quais pretendiam a partir de seus objetivos. O Quadro 4 apresenta em sua estrutura a frequência dos instrumentos utilizados nas pesquisas, que tiveram a finalidade de avaliar os repertórios da amostra antes e após a intervenção com os grupos.

É possível perceber uma padronização presente nos estudos envolvendo estratégias de ensino de aplicações de programas comportamentais via cuidadores, onde todos registram o uso de protocolo geral dos programas de intervenção, uma folha de registro de protocolo de intervenção e um protocolo de avaliação de precisão de desempenho, todas advindas da ABA.

Quadro 4 – Frequência de instrumentos utilizados na pesquisa

Instrumentos utilizados	Frequência de uso
Protocolo geral dos programas de intervenção	4
Folha de registro de protocolo de intervenção	4
Protocolo de avaliação de precisão de desempenho	4
Câmera de vídeo	4
Brinquedos e comestíveis	4
(ABLA) <i>Assesment of Basic Learning Abilities</i>	1
(PPVT) <i>Peabody Picture Vocabulary Test</i>	1
(CARS) <i>Childhood Autism Rating Scale</i>	2
(OCS) <i>Inventory of Other Care Services</i>	1
(PLT) <i>Pragmatic Language Test</i>	1
(VBMAPP) <i>Verbal Behavior Milestones Assessment</i>	1
(SAT) <i>Scale of Adherence to the Training</i>	1
(POAESC) <i>Protocol of observation of the attention engagement states of the child</i>	1
(PFC-C) <i>Perfil Funcional da Comunicação - Checklist</i>	1
(POCC) Programa de orientações sobre comunicação para cuidadores	1
Escala ABC	1
Escala Hamilton	1
(ASR\18-59) Inventários para auto-avaliação de adultos entre 18 a 59 anos	1
(OASR\60-90+) Inventário de autoavaliação de adultos com mais de 60 anos	1
(IEP) Inventário de estilo parental	1
Questionário sobre principais dificuldades dos pais	1
(IPO) Inventário Portage Operacionalizado	1
(PEP-R) Perfil Psicoeducacional Revisado	1

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Dentre os instrumentos utilizados, duas pesquisas relatam o uso da CARS - *Childhood Autism Rating Scale*. A Escala CARS permite a identificação de crianças com marcadores positivos para autismo, além de fornecer suporte para a distinção entre o transtorno do espectro do autismo e outros atrasos do desenvolvimento (GOMES et al., 2017). Vale

destacar que essa escala passou por metodologias de validação para a população brasileira, sendo segura sua utilização em pesquisas nacionais (PEREIRA; RIESGO; WAGNER, 2008).

Ao todo, foram identificados 18 instrumentos selecionados para uso nas pesquisas, a fim de auxiliar na intervenção junto a pais e cuidadores, sendo possível pensar possível nessa ampla variedade como uma tentativa de atender à ampla variedade de comportamentos que emergem no espectro do autismo. Apenas uma pesquisa utilizou o IEP (artigo 10), que, apesar de não ser utilizado especificamente com a população autista, atende critérios para avaliar possíveis estilos parentais predominantes, auxiliando na intervenção com os pais.

Os procedimentos de cada estudo experimental foram também organizados no Quadro 5, possibilitando uma melhor visualização de como cada pesquisa desenvolveu os objetivos que pretendia. Os temas discutidos possuíam como foco o treinamento de pais na aplicação de programas comportamentais, manejo de comportamentos problemas, estimulação para promover engajamento social nos filhos e orientações de comunicação funcional. Abaixo, serão destacados cada um dos procedimentos.

Quadro 5 – Procedimentos utilizados nas pesquisas selecionadas

Nº do artigo	Procedimento utilizado
2	O procedimento aconteceu em três etapas, sendo a primeira o pré-teste: avaliação do repertório de entrada, a segunda etapa foi o treino de programa de ensino por meio de tentativas discretas, feitas pela equipe profissional e o terceiro foi o pós-teste: avaliação do repertório do cuidador após o treino, durante aplicação de programas com as crianças autistas, levando em conta o teste de preferência, a demanda, a consequência fornecida e o registro da tentativa.
3	Iniciou-se com uma avaliação do repertório apresentado pelas crianças a fim de escolher as habilidades que seriam ensinadas, através da aplicação do instrumento <i>Verbal Behavior Milestones Assessment – VBMAPP</i> . Em seguida houve uma avaliação do repertório de entrada dos cuidadores, traçando a linha de base durante as aplicações dos programas. A etapa seguinte foi realizar o ensino de aplicação a partir de videomodelação, para, por fim, verificar a generalização das habilidades na aplicação de programas comportamentais via cuidadores com as crianças.
4	Primeiramente os cuidadores passaram por ensino conceitual e prático de princípios básicos de análise do comportamento e caracterização do autismo, além de serem supervisionados semanalmente pela equipe profissional. Na segunda etapa do processo, os cuidadores

	passaram por treinos de teste de preferência, aplicação dos programas, registro de respostas, avaliação dos resultados e modificação do passo de acordo com o critério. Os programas eram aplicados prioritariamente por tentativa discreta.
5	As interações de sete díades foram filmadas antes, durante e após a intervenção para registro da duração de onze estados de engajamento da atenção infantil, categorizados como social (ES) ou não social (ENS). Oito horas de intervenção foram divididas em encontros grupais e em monitoramentos individuais para orientações e treinamento destes cuidadores quanto ao engajamento social de suas crianças.
6	Os grupos eram entrevistados pela pesquisadora para coleta dos dados do Perfil Funcional da Comunicação da criança. Os grupos eram compostos por 15 cuidadores de crianças atendidas no serviço de fonoaudiologia da instituição, em sessões de 45 minutos, semanalmente. Os grupos passaram por momentos de orientações durante as sessões e ensino a partir de ensaios comportamentais de situações e contextos que viviam, conforme as atividades ou jogos propostos pelo terapeuta ou escolhidas pelas crianças.
8	Primeiramente foram aplicadas as Escalas ABC e Hamilton, aulas expositivas teóricas com recursos visuais e exemplos práticos na capacitação dos pais, além do ensino de conceitos básicos em análise do comportamento. Após essa etapa, os participantes participaram de oficinas para produções de quadro de rotinas e outros aparatos visuais que auxiliassem a criança em momentos de comportamentos disruptivos.
9	O programa foi constituído de 8 encontros que aconteciam semanalmente compostos de aulas teóricas e práticas e com uso de <i>role-play</i> (ensaio comportamental). Os cuidadores também recebiam um <i>check-list</i> dos procedimentos ensinados e outros materiais didáticos, como resumos e esquemas, para revisão de conteúdos em outros momentos.
10	As intervenções eram realizadas nas residências das crianças e seus cuidadores, com a orientação de dois profissionais (um psicólogo e um terapeuta ocupacional), duas vezes por semana, uma hora com cada profissional. A equipe realizava o treino através de orientações aos cuidadores durante as atividades, além da elaboração de registros para analisar o desempenho relacionado aos programas, <i>feedbacks</i> entre cuidadores e crianças, além de fornecer orientações sobre o manejo de comportamentos- problema ou fornecimento de consequências positivas para respostas adequadas.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Através da análise dos procedimentos utilizados, é possível perceber de modo geral uma preocupação em avaliar o repertório de entrada dos participantes dos estudos, em função da comparação com os repertórios finais, de modo que fosse possível identificar possíveis

ganhos advindos das intervenções, colaborando para o desenvolvimento de novos repertórios dos pais no manejo de comportamentos dos seus filhos.

Um outro ponto a ser destacado consiste no ensino de princípios básicos de análise do comportamento aos pais, de maneira que fosse possível auxiliá-los a discriminarem as contingências que faziam parte de seus contextos, bem como o que controla os comportamentos dos filhos e como estes respondem. Essa variável de ensino aos pais é relevante, uma vez que compõe uma das características da terapia analítico-comportamental, que, segundo Costa (2011) consiste em promover mudanças no ambiente, a partir de mudanças nas contingências. Nesse caso, os pais são as próprias contingências que podem ser modificadas, de maneira que se produza mudanças nos comportamentos dos filhos.

Os principais resultados obtidos nos artigos selecionados foram descritos a seguir, no Quadro 6. Foi possível verificar que 9 dos estudos selecionados alcançaram resultados satisfatórios nos programas de intervenção e treinamento de cuidadores para o manejo com crianças autistas, revelando excelentes possibilidades de intervenção junto a pais/cuidadores, além de possibilitar para as crianças a generalização de habilidades aprendidas com os terapeutas no ambiente clínico, bem como disponibilizar a elas maior tempo de intervenção em contexto natural.

Apenas 1 dos estudos selecionados (Artigo 1) apresentou como resultado dados inconclusivos, destacando que não foi possível verificar aumento na qualidade de vida dos pais submetidos aos programas de treinamento, já que apenas alguns estudos verificados traziam dados sobre esse aspecto, não sendo a qualidade de vida dos pais um tópico abordado nos outros estudos selecionados em revisão. Vale destacar também que, apesar de ser uma pesquisa produzida no Brasil, os dados do Artigo 1 podem destoar dos outros resultados obtidos por se tratar de uma revisão de literatura internacional.

Quadro 6 – Principais resultados obtidos através dos estudos selecionados

Nº do artigo	Resultados obtidos
1	Os resultados obtidos foram considerados inconclusivos, no sentido de não haver determinações quanto a eficácia de programas de treinamento de pais agindo como forma de facilitar o desenvolvimento de crianças autistas, não apresentando dados conclusivos acerca do aumento de qualidade de vida desses pais.

2	A pesquisa concluiu que os participantes submetidos ao treino alcançaram o desempenho total, com 100% de acertos com base no protocolo de avaliação preestabelecido. Sendo assim, o procedimento de treino adotado foi eficiente para o objetivo estabelecido.
3	Os autores concluíram com base nos resultados alcançados que o procedimento de videomodelação instrucional mostra-se promissor no sentido de educar pais em conceitos e aplicações da intervenção analítico-comportamental.
4	Os resultados mostraram alto nível de efetividade na intervenção realizada via cuidadores, apresentando amplo sucesso dos programas para desenvolver habilidades básicas nas crianças submetidas ao treino.
5	A intervenção apresentou como resultado diferenças significativas no aumento de engajamento social, bem como na diminuição de engajamento em comportamentos antissociais, além de verificar que tais ganhos se mantiveram nas fases posteriores de avaliação, sendo possível concluir que intervenções de breve duração também mostram potencial altamente relevante na capacitação de cuidadores para aumentar níveis de engajamento social em crianças autistas.
6	As orientações fornecidas sobre os níveis de comunicação das crianças autistas colaboraram para a compreensão do processo comunicativo em diferentes situações por parte dos cuidadores, compreendendo melhor as especificidades a respeito da funcionalidade de seus filhos.
7	Os resultados obtidos foram de que, através dos manuais, importantes conceitos analítico-comportamentais podem ser ensinados aos pais, produzindo procedimentos e comportamentos-alvo importantes para os repertórios dos filhos.
8	A pesquisa obteve como resultado altos índices de redução de comportamentos disruptivos das crianças autistas, além de redução em sintomas de depressão e ansiedade dos cuidadores.
9	A pesquisa alcançou resultados positivos, com elevado índice de adesão ao programa por parte dos cuidadores, bem como uma avaliação favorável em relação às possibilidades da aplicação das orientações na prática do dia-a-dia. Também foi possível verificar mudanças positivas nos repertórios comportamentais e nos níveis de saúde mental das crianças e dos cuidadores submetidos à pesquisa, bem como aumento na qualidade de vida dos pais.
10	Os resultados atribuíram importantes ganhos em diversas áreas do desenvolvimento das crianças submetidas a um ano de intervenção comportamental intensiva, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades importantes, agregadas aos repertórios comportamentais dos filhos.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A literatura que disserta sobre desenvolvimento atípico com foco em transtorno do espectro do autismo é massiva ao relatar que existe a possibilidade de produção de novos repertórios e desenvolvimento de habilidades, quando essas pessoas são submetidas a intervenções eficazes (BORBA, 2014; BORBA et al., 2014; BARBOZA et al., 2015; SILVA, 2015).

De modo geral, os dados obtidos na presente pesquisa demonstraram altos índices de sucesso em treinos de pais/cuidadores no manejo de comportamentos ou desenvolvimento de habilidades importantes aos repertórios de seus filhos autistas. Dessa forma, o treinamento com pais caracteriza-se como uma possibilidade de manejo efetivo, uma vez que possibilita um maior número de horas de intervenção em ambientes menos estruturados, tendo em vista o próprio contexto natural ao qual a criança se insere no dia-a-dia, associando-se também como uma intervenção que busca diminuir as características do TEA, ao passo em que aumenta a probabilidade de engajamento em comportamentos adaptativos (ANDRADE et al., 2016).

Para além do treinamento de aplicações de programas comportamentais, o treinamento de pais é adequado à medida em que possibilita aos pais um maior suporte no sentido de entender a forma como os seus filhos adquirem novas habilidades, bem como entender a natureza das dificuldades que apresentam em seus repertórios, ensinando também como é possível o manejo efetivo mediante a apresentação de comportamentos desadaptativos, sendo assim uma modalidade de intervenção adequada para essa população (ELDER et al., 2011; ANDRADE et al., 2016).

Nesse sentido, as intervenções a partir do treinamento de pais de crianças autistas mostram-se como estratégias importantes também no desenvolvimento de práticas parentais positivas, bem como na diminuição de práticas parentais negativas, já que possibilita aos pais ferramentas para ensinar novas habilidades aos seus filhos, além de entender melhor os seus processos de desenvolvimento, permitindo aos cuidadores base para compreender e auxiliar na forma como a criança se comporta e interage com o mundo, incentivando o desenvolvimento de comportamentos sociais adequados e minimizando o aparecimento de comportamentos inadequados (DARLING; STEINBERG, 1993; BORTOLINI; ROCHA, 2003; ANDRETTA, 2013).

Diante da perspectiva apontada por Toni e Hecaveí (2014), de que o desenvolvimento de uma criança ou adolescente está relacionado a fatores diversos, que vão desde funções orgânicas, passando por questões de ordem social e apresentando também relações com o ambiente cultural ao qual faz parte, intervir no núcleo familiar, compartilhando

técnicas de ensino através de princípios básicos comportamentais é uma estratégia válida para minimizar impactos decorrentes das dificuldades apresentadas por indivíduos autistas.

Notou-se como limitação para análise do presente estudo a escassa produção científica que relacione o desenvolvimento de práticas educativas parentais com pais de crianças autistas, levando em conta as limitações apresentadas por essas populações, uma vez que o uso de práticas parentais positivas pode auxiliar na construção de estratégias que sirvam de suporte para os cuidadores em seu exercício da parentalidade.

No Brasil, fora encontrado um estudo que possui como objetivo a adaptação do Programa de Qualidade na Interação Familiar para famílias com filhos autistas (CRUZ; MINETTO; WEBER, 2019), que desenvolve passo a passo uma metodologia estruturada para a aplicação do programa com pais, mas não foram encontradas ainda publicações sobre os ganhos advindos da implementação do programa com a população-alvo. Vale destacar a importância desse trabalho, uma vez que abre espaço para a discussão do desenvolvimento de práticas parentais de pais de crianças autistas no país, além de instrumentalizar profissionais para uma atuação fundamentada nos princípios teóricos e éticos.

Em contrapartida, foi possível encontrar artigos que tratassem sobre o treinamento de pais, onde os dados obtidos nas pesquisas apresentam resultados satisfatórios em relação ao aumento de práticas parentais positivas, bem como na redução das práticas negativas, apresentando dados favoráveis também na redução de comportamentos problemas de filhos, o que, conseqüentemente, produziu dados em relação à qualidade de vida das famílias participantes da intervenção (BOLSONI-SILVA, 2007).

Através do desenvolvimento de práticas educativas parentais, principalmente voltada para o contexto de pais de crianças que não se enquadram nos padrões de desenvolvimento típico, é possível pensar em estratégias que assumam lugar de promoção de situações de desenvolvimento de habilidades sociais, favorecendo a construção de repertórios comportamentais socialmente adequados, bem como possibilitar o desenvolvimento de estratégias de intervenção para comportamentos socialmente inadequados, prestando, assim, auxílio e suporte para pais no processo educacional de seus filhos (DARLING; STEINBERG, 1993; ALVARENGA; PICCININI, 2001; ROCHA, 2003; BORTOLINI; ANDRETTA, 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alta prevalência de crianças diagnosticadas com transtorno do espectro do autismo, segundo dados do *Center of Disease Control and Prevention* (2013) revelam a necessidade do desenvolvimento de estudos científicos, bem como de tecnologias eficientes para o manejo clínico e eficaz dessa população, ampliando a necessidade também de prestação de serviço aos familiares, que precisam desenvolver repertórios para lidar com situações por vezes desconhecidas (FÁVERO; SANTOS, 2005).

Sendo assim, a presente pesquisa buscou investigar através de uma revisão de literatura, estudos que, ao tratarem de treinamento de pais de crianças autistas, pudessem estar relacionados à promoção de práticas educativas parentais, a partir dos trabalhos que foram realizados com essa população.

Foi possível perceber que a literatura voltada para pais de crianças autistas, fundamentada teoricamente em análise do comportamento, foca principalmente seu campo de intervenção no treinamento de pais para promoção de engajamento social, aplicação de programas comportamentais para ensino de habilidades básicas, manejo de comportamentos disruptivos ou outros comportamentos-problema e promoção de estratégias que favoreçam a comunicação de seus filhos com as outras pessoas.

As estratégias utilizadas para treinamento de pais mostram-se eficazes, principalmente ao estabelecer uma relação com o desenvolvimento de práticas parentais positivas, no sentido de educar os pais a perceberem o modo como seus filhos adquirem novos repertórios, aprendem novas habilidades e se comunicam com o ambiente ao qual estão inseridos, possibilitando aos pais a oportunidade de auxiliá-los nesse processo, favorecendo o desenvolvimento de comportamentos socialmente adequados e minimizando o aparecimento de comportamentos socialmente inadequados. O estudo concluiu que essas são estratégias alternativas válidas para serem trabalhadas, em conjunto com as intervenções as quais as crianças já são submetidas.

No entanto, algumas limitações foram encontradas, como a escassa produção científica sobre treinamento de pais no Brasil, a dificuldade em localizar nas pesquisas em bases de dados digitais produções que dissertam sobre práticas parentais e cuidadores de crianças autistas ou com outros atrasos no desenvolvimento, além de informações relevantes como o nível de escolaridade das pessoas submetidas aos treinos nos estudos selecionados.

Recomenda-se a realização de pesquisas que investiguem como as práticas parentais são desenvolvidas nos casos de famílias com crianças que apresentam desenvolvimento atípico, bem como os impactos da psicoeducação para desenvolvimento de práticas educativas parentais, aliada ao ensino de princípios básicos de análise do comportamento, a fim de visualizar a possibilidade dessas estratégias de intervenção baseadas na psicoeducação apresentarem ganhos relacionados à qualidade de vida dos familiares, bem como prestar serviço no ensino de técnicas eficazes de manejos de comportamentos de crianças via cuidadores.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA-VERDU, A. C. M; HÜBNER, M. M. C; FAGGIANI, R. B; CANOVAS, D. S; LEMOS, M. S. Aquisição de linguagem e habilidades pré-requisitos em pessoas com transtorno do espectro autista. In: **Revista de Deficiência Intelectual**, v.3, n.2, p.36-42, 2012.
- ALVARENGA, P; PICCININI, C. Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.14, n.3, p.449-460, 2001.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ANDERY, M. A. P. A. O modelo de seleção por consequências e a subjetividade. In: BANACO, R. A. **Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista**. v.1, Santo André, SP: ESETec Editores Associados, p. 199-208, 2001.
- ANDERY, M. A. P. A. Métodos de pesquisa em análise do comportamento. In: **Psicol. USP**, v.21, n.2, São Paulo, abr./jun., 2010.
- ANDRADE, A. A; OHNO, P. M; MAGALHÃES, C. G; BARRETO, I. S. Treinamento de pais e autismo: uma revisão de literatura. In: **Ciências & Cognição**, v.21, n.1, p. 007-022, 2016.
- BAGAILOLO, L. F; PACÍFICO, C. R; MOYA, A. C. C; MIZAELO, L. F; JESUS, F. S; ZAVITOSKI, M; SASAKI, T; ASEVEDO, G. C. R. C. Capacitação parental para comunicação funcional e manejo de comportamentos disruptivos em indivíduos com Transtorno do Espectro Autista. In: **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, v. 18, n. 2, p. 46-64, jul./dez, 2018.
- BALESTRO, J. I; FERNANDES, F. D. M; Percepção de cuidadores de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo quanto ao perfil comunicativo de seus filhos após um programa de orientação fonoaudiológica. In: **CoDAS**, v. 31, n. 1, p.01-09, 2018.
- BARBOZA, A; SILVA, Á. J. M; BARROS, R. S; HIGBEE, T. S. Efeitos de videomodelação instrucional sobre o desempenho de cuidadores na aplicação de programas de ensino a crianças diagnosticadas com autismo. In: **Acta Comportamental**, v.23, n.4, p.405-421, 2015.
- BAUM, W. M. (1994) **Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BAUMRIND, D. Effects of authoritative parental control in child behavior. In: **Child Development**, Berkeley, v.37, n.4, p. 887-907, 1966.

BAUMRIND, D. Current patterns of parental authority. In: **Developmental Psychology Monographs**, v.4, n.1, p. 2, 1971.

BLUMBERG, S. J.; BRAMLETT, M. D.; KOGAN, M. D. SCHIEVE, L. A; JONES, J. R; LU, M. C. Changes in prevalence of parent-reported autism spectrum disorder in school-aged U.S. children: 2007 to 2011–2012. In: **National Center for Health Statistics**, v. 65, n. 2, p. 11-21, 2013.

BOLSONI-SILVA, A. T. Intervenção em grupo para pais: descrição de procedimento. In: **Temas em psicologia**, v.15, n.2, p. 217-235, 2007.

BOLSONI-SILVA, A. T; SILVEIRA, F. F; MARTURANO, E. M. Promovendo habilidades sociais educativas parentais na prevenção de problemas de comportamento. In: **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 10, n.2, p.25-42, 2008.

BORBA, M. M. C. Intervenção ao autismo via cuidadores (**Tese de Doutorado**). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, PA, 2014.

BORBA, M. M. C; BARROS, R. S; MONTEIRO, P. C. M; BARBOZA, A. A; TRINDADE, E. N. Intervenção via cuidadores para o ensino de tato com autoclítico em crianças com diagnóstico de autismo. In: **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, v.11, n.1, p.15-23, 2014.

BORTOLINI, M; ANDRETTA, I. Práticas parentais coercitivas e as repercussões nos problemas de comportamento dos filhos. In: **Psicologia Argumento**, v. 31, n. 73, 2013.

Disponível em:

<<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=7830&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 23 set. de 2019.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRITO, C. F. N. Análise das contingências presentes em situação de orientação de pais na clínica analítico-comportamental infantil. (**Dissertação de Mestrado**). Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, 2016.

CAMARGO, S. P. H; RISPOLI, M. Análise do Comportamento Aplicada como Intervenção para o Autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. In: **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, p. 639-650, set./dez, 2013.

CAMINHA, M. G; ALMEIDA, F. F; SCHERER, L. P. Treinamento de pai: fundamentos teóricos. In M. G. Caminha, & R. M. Caminha (Org.), **Intervenções e Treinamento de pais na clínica infantil** (p.13-30). Porto Alegre: Sinopsys, 2011.

CARRARA, K. Causalidade, relações funcionais e contextualismo: algumas indagações a partir do behaviorismo radical. In: **Interações**, v.9 n.17 São Paulo jun, 2004.

CATANIA, A. C. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CENTER OF DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Changes in prevalence of parent-reported Autism Spectrum Disorders**, 2013. Disponível em: <http://www.cdc.gov/media/releases/2013/a0320_autism_disorder.html>. Acesso em: 24 de maio de 2019.

CIA, F; PEREIRA, C. S; DEL PRETTE, Z.A.P; DEL PRETTE, A. Habilidades sociais parentais e relacionamento entre pais e filhos. In: **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 01, p. 73-81, 2006.

COSTA, M. N. **Terapia analítico-comportamental: dos fundamentos filosóficos à relação com o modelo cognitivista**. Santo André: ESETEC Editores Associados, 2002.

COSTA, M. N. O surgimento de diferentes denominações para a Terapia Comportamental no Brasil. In: **Revista Brasileira de Terapias Comportamentais e Cognitivas**, v.13 n.2, set., 2011.

CRUZ, A. C. B; MINETTO, M. F; WEBER, L. N. D. Adaptação do “Programa de Qualidade na Interação Familiar” para famílias com filhos com transtorno do espectro autista. In: **Revista Infad de Psicología**. v. 2, n. 1, p. 399-408, 2019.

DARLING, N; STEINBERG, L. Parenting style as a contexto: na integrative model. In: **Psychological. Bulletin**, v. 113, n. 3, p. 487-496, 1993.

DERDYK, P. R; GROBERMAN, S. S. Imitação. In: ABREU, C. N; GUILHARDI, H. J. (Orgs.) **Terapia comportamental e cognitivo comportamental – práticas clínicas**. São Paulo: Roca, 2004.

ELDER, J. H; DONALDSON, S. O; KAIRALLA, J; VALCANTE, G; BENDIXEN, R; FERDIG, R; SELF, E; WALKER, J; PALAU, C; SERRANO, M. Home Training for Fathers of Children with Autism: A Follow up Study and Evaluation of Four Individual Training Components. In: **Journal of Child & Family Studies**, v. 20, n. 3, p. 263-271, 2011.

FAVERO, M. A. B; SANTOS, M. A. Autismo infantil e estresse familiar: uma revisão sistemática da literatura. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v.18, n.3, p.358-369, 2005.

FAZZIO, D. F. Intervenção comportamental no autismo e deficiências de desenvolvimento: uma análise dos repertórios propostos em manuais de treinamento (**Dissertação de Mestrado**). Pontifícia Universidade Católica. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental: análise do comportamento, São Paulo, SP, 2002.

FERREIRA, L. A; SILVA, A. J. M; BARROS, R. S. Ensino de aplicação de tentativas discretas a cuidadores de crianças diagnosticadas com autismo. In: **Revista Perspectivas**, v. 07, n. 01, pp.101-113, 2016.

FONTELLES, M. J; SIMÕES, M. G; FARIAS, S. H; FONTELLES, R. G. S. Scientific research methodology: Guidelines for elaboration of a research protocol. In: **Revista Paraense de Medicina**, v. 23, n. 3, p. 37-50, 2009.

GADELHA, Y. A; VASCONCELOS, L. A. Generalização de estímulos: aspectos conceituais, metodológicos e de intervenção. In: ABREU-RODRIGUES, J; RIBEIRO, M. R. (Orgs.) **Análise do comportamento: pesquisa, teoria e aplicação**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOMES, C. G. S; SOUZA, D. G. S; SILVEIRA, A. D. RATES, A. C; PAIVA, G. C. C; CASTRO, N. P. Efeitos de intervenção comportamental intensiva realizada por meio da capacitação de cuidadores de crianças com autismo. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.35, n.35, p. 01-12, 2019.

GOMIDE, P. I. C. Estilos parentais e comportamento antissocial. In: DEL PRETTE, A; DEL PRETTE, Z. A. P. (Orgs.) In: **Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, cap 1, p. 21-60, 2003.

GOMIDE, P. I. C. **Pais presentes, pais ausentes**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GRIESI-OLIVEIRA, K; SERTIÉ, A. L. Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético. In: **Einstein**, v. 15, n. 2, p. 233- 238, 2017.

HÜBNER, M. M.; MARINOTTI, M. Revisitando diagnósticos clássicos relativos às dificuldades de aprendizagem. In: HÜBNER, M. M. C.; Miriam MARINOTTI, M. (Orgs). **Análise do Comportamento para a Educação: Contribuições recentes**. Santo André, SP: ESETec, 2004.

HÜBNER, M. M. C; SOUSA, M. V. A. B; TARDEM, M. F; HÜBNER, L. Terapia Comportamental para Autismo: análise do comportamento aplicada. In: **Psicologia clínica da graduação à Pós-Graduação**. (Org.) ANTÚNEZ, A. E. A.; SAFRA, G. Rio de Janeiro: Atheneu, 2018.

KLAUS, M.; KENNEL, J.; KLAUS, P. **Vínculo: construindo as bases para um apego seguro e para a independência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

LAURENTI, C; LOPES, C. E. Uma explicação não-causal do comportamento no behaviorismo radical. In: **Acta Comportamentalia**, v. 16, ed. 3, pg. 379-397, 2008.

LIMA, A; CARDOSO, A. M. P. Orientação e treinamento de pais: uma vivência clínica. In: **Rev. Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 6-19 jan./jun., 2018

LUBI, A. P. L. Estilo Parental e comportamento socialmente habilidoso da criança com pares. In: BRANDÃO, M. Z. S. *et. al.* (Orgs). In: **Sobre Comportamento e Cognição: a história e os avanços, a seleção por consequências em ação**. Santo André: ESEtec Editores Associados, v. 11, cap. 47, p. 536-541, 2003.

MACARINI, S. S; MARTINS, G. D. F. M; MINETTO, M. F. J; VIEIRA, M. L. Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. v.62, n.1, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05/10/2019.

MATOS, M. A. Análise funcional do comportamento. In: **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 8-18, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X1999000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09/10/2019.

MEYER, S. B. A relação terapeuta-cliente é o principal meio de intervenção terapêutica? In: H. J. GUILHARDI; M. B. B. P. MADI; P. P. QUEIROZ; M. C. SCOZ (Orgs.), **Sobre comportamento e cognição: v.8. Expondo a variabilidade**. (p. 95-98). Santo André, SP: ESETec, 2001.

MINETTO, M. F; CREPALDI, M. A; BIGRAS, M; MOREIRA, L. C. Práticas educativas e estresse parental de pais de crianças pequenas com desenvolvimento típico e atípico. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 43, p. 117-132, Editora UFPR, jan./mar, 2012.

MONTANDON, C. As práticas educativas parentais e as experiências das crianças. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 485-507, Maio/Ago, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a10v2691.pdf>>. Acesso em: 05/10/2019.

MOREIRA, M. B; MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ODA, F. S. Análise do comportamento e autismo: Marcos históricos descritos em publicações norte-americanas influentes. In: **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v.20 n. 3, p.86-98, 2018.

PEREIRA, A., RIESGO, R. S., WAGNER, M. B. Autismo infantil: Tradução e validação da Childhood Autism Rating Scale para uso no Brasil. In: **Jornal de Pediatria**, v. 84, n. 6, p.487-494, 2008.

PELLEGRINO, C. A. Avaliação qualitativa do comportamento de mães em relação aos seus filhos após aplicação de um programa de orientação de pais em uma creche (**Trabalho de Conclusão de Curso**). Faculdade Integrada Fafibe, Curso de Psicologia, Bebedouro, São Paulo, 2009.

REGRA, J. A. G. Modelagem. In: ABREU, C. N; GUILHARDI, H. J. (Orgs.) **Terapia comportamental e cognitivo comportamental – práticas clínicas**. São Paulo: Roca, 2004.

ROCHA, G. V. M. Interação pais e filhos: a observação como instrumento para identificar práticas parentais. In: BRANDÃO, M. Z. S. *et. al.* (Orgs.) **Sobre Comportamento e Cognição: a história e os avanços, a seleção por consequências em ação**. Santo André: ESetec Editores Associados, v. 11. cap 46, p. 527-535, 2003.

SABBAG, G. M., BOLSONI-SILVA, A. T. A relação das habilidades sociais educativas e das práticas educativas maternas com os problemas de comportamento em adolescentes. In: **Estudo e Pesquisa em psicologia**, v.11, n.2, p.423-441, 2010.

SAMPAIO, A. A. S. Skinner: sobre ciência e comportamento humano. In: **Psicologia: ciência e profissão**, v.25, n.3, Brasília, set. 2005.

SAMPAIO, I. T. A. Inventário de Estilos Parentais (IEP): um novo instrumento para avaliar as relações entre pais e filhos. In: **Psico-USF**, v.12 n.1 Itatiba Jan./June, 2007.

SANINI, C; BRUM, E. H. M; BOSA, C. A. Depressão materna e implicações sobre o desenvolvimento infantil do autista. In: **Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 20, n. 3, p. 809-815, 2010.

SANTOS, A. C; RIBEIRO, I. F; GAROTTI, M. F; BOSA, C. A. Intervention in Autism: Social Engagement Implemented by Caregivers. In: **Paidéia**, v. 25, n.60, jan-apr, p. 67-75, 2015

SCHOEN, A. A. What Potential Does the Applied Behavior Analysis Approach Have for the Treatment of Children and Youth with Autism? In: **Journal of Instructional Psychology**, v. 30, n. 2, p. 125, 2003.

SILVA, A. M. J. Aplicação de tentativas discretas por cuidadores para o ensino de habilidades verbais a crianças diagnosticadas com autismo (**Dissertação de Mestrado**). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, PA, 2015.

SILVA, N. A. Manejo de problemas de comportamentos de crianças com transtorno do espectro do autismo: estudo piloto baseado em um programa de psicoeducação comportamental (**Dissertação de Mestrado**). Universidade Presbiteriana Mackenzie, Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. São Paulo, SP, 2016.

SILVARES, E. F. M. Intervenção clínica e comportamental com crianças. In: RANGE, B. (Org.), **Psicoterapia comportamental e cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas**. Campinas: Editorial Psy, p. 133-141, 1995.

SILVARES, E. F. M. Avaliação e intervenção clínica comportamental infantil. In: E. F. M. Silves (Org.), **Estudos de caso em psicologia clínica comportamental infantil** vol. 1, p.13-29, São Paulo: Papirus, 2000.

SILVARES, E. F. M; MARINHO, M. L. Ampliando la intervención psicológica a la familia en la terapia conductual infantil. In: **Psicologia Conductual** v.6, n.3, p. 617-627, 1998.

SKINNER, B. F. Seleção pelas consequências. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**. Tradução de Carlos Renato Xavier Cançado, Paulo Guerra Soares e Sérgio Cirino. v. IX, nº 1, p. 129-137, 2007. (Originalmente publicado em 1981).

_____. **Ciência e comportamento humano**. Trad. João Carlos Todorov, Rodolfo Azzi. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Originalmente publicado em 1951).

_____. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 1982. (Originalmente publicado em 1974).

_____. **O mito da liberdade**. São Paulo: Summus, 1983. (Originalmente publicado em 1971).

_____. **Questões recentes na análise comportamental**. Campinas: Papirus, 1991. (Originalmente publicado em 1989).

_____. Contingências do Reforço. In: **Skinner e Piaget**. São Paulo: Abril Cultural, col. Os Pensadores, 1975. (Originalmente publicado em 1969).

_____. Uma análise operante da resolução de problemas. In: Moreno, R. **Contingências de reforço**. São Paulo: Abril cultural, 1984.

THARP, R. G; WETZEL, R. J. **Behavior modification in the natural environment**. Academic Press, 1969.

TODOROV, J. C; HANNA, E. S. Análise do comportamento no Brasil. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. spe, p. 143-153, 2010. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500013>>. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

TODOROV, J. C. O conceito de contingência tríplice na análise do comportamento humano. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.1 n.1 p.75-88 Jan.-Abr, 1985.

TONI, C. G. S; HECAVEÍ, V. A. Relações entre práticas educativas parentais e rendimento acadêmico em crianças. In: **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 19, n. 3, p. 511-521, set./dez., 2014.

TOURINHO, E. Z. Estudos conceituais na análise do comportamento. In: **Temas em Psicologia da SBP**, v.7, n.3, p.213-222, 1999.

VASCONCELOS, L. A; NAVES, A. R. C. X; ÁVILA, R. R. Abordagem analítico comportamental do desenvolvimento. In: TOURINHO, E. Z; LUNA, S. V. (Org). **Análise do comportamento: investigações históricas, conceituais e aplicadas**. São Paulo: Roca, 2010.

ZAZULA, R; HAYDU, V. B. Análise aplicada do comportamento e capacitação de pais: Revisão dos artigos publicados pelo Journal of Applied Behavior Analysis. In: **Acta Comportamental** v. 20, n.1 p. 87-107, 2011.